

PREGÃO ELETRÔNICO
90003/2026

CONTRATANTE (UASG 344002) FUNDAÇÃO
JOAQUIM NABUCO

OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços terceirizados de natureza continuada de manutenção predial em regime de hora e piso salarial definidos por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho de categoria, visando o atendimento às unidades administrativas da FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 1.305.559,96.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia: 10 de Junho de 2026 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO.....	2
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	2
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	4
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 7	
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
8.	DOS RECURSOS.....	15
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	18
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração | Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO PREGÃO

ELETRÔNICO Nº 90003/2026

(Processo Administrativo n.º 23130.002154/2024-31)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria PRESI/FUNDAJ n.º 266 de 11 de dezembro de 2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, demais legislação aplicável e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. A Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra para os serviços terceirizados de natureza continuada de manutenção predial, em regime de hora e piso salarial definidos por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho de categoria, visando o atendimento às unidades administrativas da FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será realizada em **grupo único com 09 (nove) itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para o item que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração | Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

“não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração | Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 4.1.1. valor unitário e anual do item;
- 4.1.2. Marca;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os serviços necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$100 (cem) reais**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração | Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

5.12.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.14. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar

condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.21.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares,** quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração | Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. **As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a sua habilitação**, por meio da documentação citada no **item 8.3 à 8.42 do Termo de Referência** do edital;

7.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico- financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, no que couber.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou pelo e-mail: cpl@fundaj.gov.br

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas**, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do **Sicaf**, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo e-mail: cpl@fundaj.gov.br, na forma eletrônica ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Comissão Permanente de Licitação-CPL da Fundação Joaquim Nabuco, Edif. Paulo Guerra, 2º andar, sala 250, **fone (81) 3073-6230**, Av. 17 de agosto nº 2187, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52061-540.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% à 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 0,5% à 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração | Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo *prazo máximo de 3 (três) anos*.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios: e-mail: cpl@fundaj.gov.br, na forma eletrônica ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Comissão Permanente de Licitação-CPL da Fundação Joaquim Nabuco, Edif. Paulo Guerra, 2º andar, sala 250, fone (81) 3073-6230, Av. 17 de agosto nº 2187, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52061-540.*

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: cpl@fundaj.gov.br, na forma eletrônica ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da **Comissão Permanente de Licitação-CPL da Fundação Joaquim Nabuco, Edif. Paulo Guerra, 2º andar, sala 250, fone (81) 3073-6230, Av. 17 de agosto nº 2187, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52061-540.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: 11.11.1.ANEXO

I - Termo de Referência;

11.11.2.ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

11.11.3.ANEXO II-A - Termo de Ciência e Responsabilidade da LGPD; 11.11.4.ANEXO III -
Planilha de Custos;

11.11.4.ANEXO III- A - Planilha dos Uniformes

11.11.5.ANEXO IV - Termo de Conciliação Judicial;

11.11.6.ANEXO V - Autorização Complementar Garantia de Pagamento; 11.11.7.ANEXO VI -
Termo de Cooperação Técnica/Apêndice;

11.11.8.ANEXO VII - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;

11.11.9.ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Preposto;

11.11.10. ANEXO IX - Modelo de Declaração de Conta Vinculada;

11.11.11. ANEXO X - Planilhas Complementares

11.11.12. ANEXO XI -Modelo de Proposta.

Recife, 20 de Maio de 2026

Rosa Maria P. Oliveira

Pregoeira

Fundação Joaquim Nabuco



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23130.002154/2024-31

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva, compreendendo as áreas Civil e Elétrica, com disponibilização de equipe residente, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra especializada, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e seus acessórios e EPIs, a serem realizados nos Campi e edifícios da Fundação Joaquim Nabuco, conforme especificado na tabela abaixo. A contratação também abrange o fornecimento de mão de obra para apoio à área administrativa, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	POSTOS		CCT	QUANT.
1	Assessor Técnico em Manutenção	7102-05	5380	Posto	01	Stealmoiac	12 meses
2	Pedreiro	7152-10	5380	Posto	02	Marreta	12 meses
3	Ajudante de Manutenção	5143-10	5380	Posto	03	Marreta	12 meses
4	Técnico em Eletrotécnica	3131-10	5380	Posto	01	Stealmoiac	12 meses
5	Eletricista	7156-15	5380	Posto	01	Marreta	12 meses
6	Pintor	7166-10	5380	Posto	02	Marreta	12 meses
7	Marceneiro	7711-05	5380	Posto	01	Marreta	12 meses
8	Encanador	7241-10	5380	Posto	01	Marreta	12 meses
9	Apoio Técnico Administrativo III	4110-10	5380	Posto	01	Stealmoiac	12 meses

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que destina-se ao atendimento de necessidade permanente e recorrente da Administração, cuja interrupção compromete a continuidade das atividades institucionais e o regular funcionamento do órgão.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.3. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

1.4. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos indispensáveis para atendimento do objeto a ser contratado na fase de habilitação do Certame

4.1. No ato da abertura das propostas, a empresa deverá apresentar documentação que comprove seu registro junto à Junta Comercial do seu Estado e, da mesma forma, todos os documentos subsequentes a este registro;

4.2. A empresa deverá informar seu endereço completo, bem como todas as formas de contato, incluindo e-mail, celular, telefones fixos e WhatsApp, assegurando uma comunicação ágil e direta;

4.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

4.4 Os atestados de capacidade técnica deverão ser de empresas pública (federal/estadual e municipal) ou privadas;

4.5 Todos os atestados de capacidade técnica deve(m) ser assinado(s) por responsável(is), da(s) de Manutenção Predial ou setor equivalente, com firma reconhecida ou assinados eletronicamente;

4.6. O serviço atende à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.7. Ademais, os serviços são considerados comuns, conforme definição prevista na alínea *a* do inciso XXI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. Assim, seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no ato convocatório, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

Para a prestação dos serviços, descrevemos os seguintes requisitos:

4.8. **Vigência do contrato:** A duração inicial do contrato será de **12 (doze)** meses, contados de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação por sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

4.9 Endereço das Unidades onde os serviços serão prestados:

4.9.1 Av. Dezessete de Agosto, n.º 2223, Casa Forte, Recife-PE;

4.9.2 Av. Dezessete de Agosto, n.º 2187, Casa Forte, Recife-PE;

4.9.3 Av. Doutor Seixas, n.º 136, Casa Forte, Recife-PE;

4.9.4 Rua Dois Irmãos, n.º 77, Apipucos, Recife-PE;

4.9.5 Rua Dois Irmãos, n.º 92, Apipucos, Recife-PE;

4.9.6 Rua Dois Irmãos, n.º 126, Apipucos, Recife-PE;

4.9.7 Rua Henrique Dias, n.º 609, Derby, Recife-PE;

4.9.8 Engenho Massangana-PE-60 km 10, Cabo de Santo Agostinho-PE.

4.10 Na fase de habilitação do certame será exigida a comprovação de qualificação técnica da empresa licitante, comprovando a execução de contratos de prestação de serviços de mão de obra especializada em Manutenção Predial, por no mínimo de 03 (três) anos, compatíveis com o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

objeto desta contratação, registrados com órgãos públicos (Federal, Estadual e Municipal) e /ou empresas privadas, contados a partir da data de abertura deste certame.

4.10.1 Também na fase de habilitação do certame, será exigido Atestados de Capacidade Técnica, emitido por órgãos públicos (Federal, Estadual e Municipal) e /ou empresas privadas, em documento oficial, assinado por responsável competente, da área de Manutenção Predial ou equivalente, com firma reconhecida ou assinado eletronicamente, comprovando a prestação deste serviço, por profissionais compatíveis com o objeto desta contratação.

Plano de Gerenciamento de Riscos - PGR

4.11. A empresa contratada para a execução dos Serviços de Manutenção Predial deverá apresentar, na fase de gestão contratual, o seu Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR, elaborado de acordo com as atividades e serviços a serem desenvolvidos no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco. O referido plano deverá estar em conformidade com o PGR da FUNDAJ (Anexo VII) e ser devidamente alinhado com o Gestor do Contrato.

4.12. **Plano de Manutenção:** Os serviços a serem executados pela empresa de Mão de Obra terceirizada, terão como base, o Plano de Manutenção descrito a partir do item 4.66, deste Termo de Referência.

4.13. **Software para Gestão de Manutenção.** A empresa deverá se utilizar de software de Gestão de Manutenção Predial que qualifique e quantifique, os serviços e os materiais utilizados, estabelecendo uma base de dados cumulativa, que permita a emissão de relatórios e gráficos técnicos, sobre o gerenciamento dos serviços, em andamento e anteriores. Tudo de acordo com as características técnicas no Termo de Referência. A utilização deste software deve ser compartilhada também com o Gestor/ Fiscal do Contrato.

4.14. **Equipe Residente.** Os serviços deverão ser prestados pelas equipes residentes no endereço abaixo, mas que poderão ser deslocadas nos demais endereço da Fundação Joaquim Nabuco, conforme consta nos item 5.2.1 a 5.2.4, a equipe terá a seguinte composição:

Sede das Equipes Residentes	Profissionais
Av. Dezessete de Agosto, nº2187 - Casa Forte - Recife -PE	Assessor Técnico em Manutenção - C. B. O. 7102-05
	Pedreiro - C. B. O. 7152-10
	Ajudante de Manutenção - C. B. O. 5143-10
	Técnico em Eletrotécnica - C. B. O. 3131-10
	Eletricista - C. B. O. 7156-15
	Pintor - C. B. O. 7166-10
	Marceneiro - C. B. O. 7711-05
	Encanador - C. B. O. 7241-10
	Apoio Técnico Administrativo III - C. B. O. 4110-10

4.15. Para a realização dos serviços em outros campi, a equipe será deslocada utilizando os veículos da Fundação.

4.16. A contratada deverá fornecer de uniformes (Anexo II), equipamento de proteção individual - EPI's (Anexo IV), ferramentas, incluindo-se todos os seus equipamentos complementares e seus acessórios (Anexo III) para que os mesmos possam funcionar adequadamente. Tudo de acordo com a natureza profissional de cada posto.

4.17. No ato da abertura das propostas a empresa deverá apresentar documentação que comprove seu registro junto a Junta Comercial do seu Estado e da mesma forma todos os documentos subsequentes a este registro. A empresa deverá estar ativa, operante de acordo com o objeto desta licitação. E também apresentar seu endereço completo e todas as formas de contatos, por: e-mail, celular, whatsapp, e se possuir endereços em mídia digitais, etc.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

4.18. **Designação de Preposto:** Conforme o artigo 118 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe: “O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato”; a Contratada deverá designar um preposto com qualificação e formação compatíveis com a natureza técnica ou administrativa do objeto contratual. Esse profissional deverá ser submetido à aprovação da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) para o exercício da função. O preposto deverá estar devidamente uniformizado e identificado com crachá para ter acesso às instalações da FUNDAJ.

4.19. Informamos desde já a Fundação Joaquim Nabuco, não fornecerá local de trabalho fixo, gabinete físico, para acomodação permanente do referido preposto. O mesmo utilizará as dependências da fundação designadas para a Manutenção Predial no exercício das suas atividades.

4.19.1. O preposto poderá adentrar as dependências da FUNDAJ, referente as áreas reservadas para os funcionários da Manutenção Predial e locais específicos de realização serviços, dentro do horário de expediente, sem a necessidade de comunicação prévia.

Vistoria Prévia

4.20. As empresas interessadas em participar do processo licitatório poderão visitar todos os locais da FUNDAJ, onde os serviços de manutenção predial poderão ser realizados, mediante agendamento prévio através do telefone: (81)3073-6287, 3073-6291 ou email: manutencao@fundaj.gov.br. As visitas deverão ser realizadas por profissionais designados e devidamente identificados pela empresa para esta atividade. Estes profissionais deverão ser acompanhados por servidores da Fundação para esta finalidade.

4.21. Ao final da visita, será fornecido documento de comprovação de vistoria assinado pela empresa e Fundação Joaquim Nabuco. Desde já, a empresa que não optar pela visita técnica, deverá fornecer documento oficial da empresa, indicando a não necessidade deste processo. Nesta situação a Fundação Joaquim Nabuco, torna ciente, que a empresa licitante não poderá alegar durante o desenrolar no certame licitatório e/ou após a assinatura do contrato, situações ou condições que geram impedimentos ou tragam empecilhos para execução da manutenção predial, objeto deste processo.

4.22. Será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, que tem por objetivo avaliar constantemente a execução do objeto e aferir a qualidade dos serviços prestados pela Contratada, inclusive com a utilização do Software de Gestão de Manutenção Predial.

Vedações e impedimentos

4.23. Não será admitida a participação no pregão de pessoa física, em razão das exigências mínimas de qualificação econômico-financeira e da necessidade de possuir a Contratada estrutura administrativa mínima, equipamentos e corpo técnico para execução do objeto e cumprimentos das obrigações. Veda-se também a participação de empresas reunidas em consórcio e cooperativas.

Crerios de Sustentabilidade

4.24. A proposta deve priorizar o uso de materiais recicláveis, sustentáveis e de baixo impacto ambiental. A contratada deverá justificar a escolha dos materiais e, sempre que possível, apresentar alternativas que minimizem o impacto ambiental dos serviços.

4.25. Para todos os resíduos, de qualquer natureza, que não sejam atendidos pela empresa terceirizada contratada pela Fundação para esse fim, deverão ser coletados e descartados de acordo com as normas e legislações aplicáveis. A responsabilidade por essa coleta e destinação é exclusiva da empresa geradora dos resíduos que, neste caso, será a empresa contratada para os Serviços de Manutenção Predial.

4.26 A Contratada deverá realizar o cadastro no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR, com emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR para destinação ambientalmente adequada dos resíduos e rejeitos, listados abaixo:

- Tintas, solventes e suas embalagens;
- Pincéis e estopas contaminadas;
- Graxas, óleos lubrificantes e suas embalagens;
- Lâmpadas, fios elétricos, tomadas e outros insumos elétricos.
- Pilhas e baterias;
- Quaisquer outros produtos químicos e suas embalagens.

Práticas de Responsabilidade Social

4.26.1 A contratada deve demonstrar compromisso com a capacitação profissional de seus funcionários, incluindo a oferta de treinamentos regulares e a promoção de práticas de inclusão social, como a contratação de pessoas com deficiência (PcD) e a valorização da diversidade no ambiente de trabalho.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

4.26.2 A contratada deve apresentar documentação que comprove a regularidade fiscal, trabalhista e ambiental, além de um código de ética que assegure a transparência nas relações comerciais e na execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.27. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.28 Uso racional de água. É obrigação da Contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água (potável ou não), com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como aplicar práticas de racionalização.

4.29 Uso racional de energia elétrica. A Contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.

4.30 A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1) Resíduos Classe A (resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;

b.2) Resíduos Classe B (resíduos recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) Resíduos Classe C (resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) Resíduos Classe D (resíduos perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas;

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada comprovará, sob pena de multa dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais competentes e que serão arcadas, integralmente, pela empresa contratada. Além disso, todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.31 A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

4.32 As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.33 Não são permitidas, à Contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como: a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado; b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; c) lançamento em corpos d’água,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.34 A Contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.35 Na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO, discriminadas no anexo ao Decreto nº 2.783/98, notadamente CFCs, Halons, tetracloroeto e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

a) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs;

b) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

c) A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente;

c.1) Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante, licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

4.36 A Contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.

4.37 É de responsabilidade da Contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que contenham substâncias perigosas, de Biodegradabilidade dos Tensoativos, ou que apresentem Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.

4.38 É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.

4.39 A empresa de Manutenção Predial contratada deverá realizar o cadastro no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR, com emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, com entrega de 01 via ao Fiscal do Contrato, para destinação ambientalmente adequada dos resíduos e rejeitos, listados abaixo que, por ventura, sejam gerados por ela no desenvolvimento de suas atividades com a Fundação Joaquim Nabuco.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

ESTIMATIVA DE GERAÇÃO ANUAL DE RESÍDUOS E REJEITOS CLASSE I ORIUNDOS DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO PREDIAL

TIPO DE RESÍDUO / REJEITO	ESTIMATIVA DE GERAÇÃO ANUAL
Tintas, solventes e suas embalagens	210 kg / ano
Pincéis e estopas contaminadas	80 uni / ano
Graxas, óleo lubrificante e suas embalagens	200 kg / ano
Lâmpadas, fios elétricos, tomadas e outros insumos elétricos.	300 uni/ ano
Pilhas e baterias	120 uni / ano
Quaisquer outros produtos químicos e suas embalagens	100 kg / ano

Critérios de Seleção da Proposta

4.40 As propostas deverão ser avaliadas tanto pelo preço quanto pela qualidade técnica dos serviços oferecidos como também benefícios, como também utilizará critérios de pontuação para avaliar a experiência, a qualificação da equipe, a sustentabilidade dos materiais e a gestão de resíduos, visando selecionar a proposta mais vantajosa.

4.41 A contratada deve oferecer garantias claras quanto à qualidade dos serviços prestados, incluindo prazos para a execução e para a resolução de eventuais problemas. A eficácia no cumprimento dos prazos e a agilidade na resposta a demandas emergenciais serão fatores decisivos na avaliação das propostas.

Fornecimento de Materiais, Equipamentos e Ferramentas

4.42 Todos materiais, equipamentos e ferramentas fornecidos devem atender às normas técnicas brasileiras, assegurando qualidade e segurança. Além disso, a proposta deve priorizar a utilização de materiais sustentáveis e recicláveis, refletindo o compromisso da Fundação com a responsabilidade ambiental.

4.43 A empresa deverá apresentar um plano de gerenciamento de resíduos, de acordo com política interna de meio ambiente da Fundação Joaquim Nabuco, baseada na Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), no prazo em até 60 (sessenta) dias corridos, após assinatura do contrato e início efetivo das suas atividades pois a destinação correta dos mesmos gerados durante a execução dos serviços é vital para minimizar o impacto ambiental e promover práticas sustentáveis.

Responsabilidades da Contratada quanto a Segurança e Integridade dos funcionários:

a) A empresa de Manutenção Predial contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas, de acordo com as normas coletivas da categoria profissional e o bem-estar dos seus funcionários no ambiente de trabalho;

b) A empresa contratada deverá manter capacitado e orientado, adequadamente todos os seus funcionários, de acordo as suas atribuições profissionais, inclusive, sobre o atendimento das normas internas de segurança, práticas de redução do consumo de água, energia e utilização com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

segurança dos equipamentos e acessórios, bem como a sua guarda e integridade. Durante, todo o processo de execução dos serviços, os resíduos deverão ser coletados e descartados seguindo as normas e locais estabelecidos pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos da empresa.

c) É de total responsabilidade, da empresa contratada de Manutenção Predial, garantir que os trabalhos e as atividades sejam executadas de acordo com as atribuições e funções específicas de cada funcionário, de modo a garantir a integridade de todos durante a jornada de trabalho, inclusive fiscalizando o uso adequado dos EPI'S, no ambiente da Fundação Joaquim Nabuco.

c.1) Em situações de emergência de saúde e de acidentes de trabalho, a empresa de Manutenção Predial, se responsabilizará por todas as providências para o acionamento de atendimento médico e transporte para Unidade de Ponto Atendimento - UPA. Em caso de necessidade de acompanhamento pessoal, a empresa designará na ocasião o Preposto, Encarregado ou outro funcionário para esta finalidade.

Subcontratação

4.44. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.45. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.45.1 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.45.2 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.45.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria prévia para conhecimento dos Licitantes sobre o objeto do contrato

4.46. A vistoria prévia dos locais de execução dos serviços de Manutenção Predial, no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco, é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado empresa licitante o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de **segunda à sexta-feira, das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas**, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos seguintes meios:

- Email: manutenção@fundaj.gov.br;
- Fone: (81) 3073-6287

4.46.1 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico, devidamente qualificado, deverá estar identificado, apresentando documento de identidade, CPF e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.46.2 Ao final da Vistoria, será emitido um documento, assinado em 02 (duas) vias, pelo representante da empresa Licitante e Fundação Joaquim Nabuco.

4.46.3 Considerando a amplitude dos espaços vistoriados, a mesma poderá ser realizada por partes, em momentos distintos.

4.46.4 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria prévia item 4.53, deverá prestar declaração formal assinada (Anexo VII) pelo responsável legal da empresa Licitante acerca atestando pleno conhecimento das condições repercussões da sua não realização.

4.46.5 A não realização da vistoria prévia, pela Licitante, não poderá embasar questionamentos e alegações de desconhecimentos das instalações, dúvidas, particularidades ou falta de esclarecimento *in loco* de quaisquer detalhes da prestação dos Serviços de Manutenção Predial. Desta forma, tanto na fase Licitatória, quanto em posterior contratação desta empresa, pela Fundação Joaquim Nabuco, fica ciente desde já que a Licitante e, provável Contratada, deve assumir todos os ônus dessa sua decisão.

Lista de Ferramentas, Equipamentos e Acessórios, recebimento e distribuição

4.47 A empresa contratada deverá providenciar e fornecer as ferramentas, equipamentos e seus acessórios, de acordo com as necessidades de cada profissional de modo a garantir a execução dos serviços de Manutenção Predial, conforme planilhas no Anexo III..



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

4.48 Todas as ferramentas, deverão ser fornecidos na linha profissional, com certificado do INMETRO, garantindo a qualidade e eficiência necessárias. As quantidades de cada ferramenta mencionada na planilha, deverão estar sempre disponíveis, quando solicitadas, independente das mesmas estarem em manutenção e/ou terem sofrido avarias, e/ou extravios, durante a vigência do contrato.

4.49 A empresa realizará a entrega das ferramentas, equipamentos e acessórios diretamente ao Assessor Técnico em Manutenção, mediante recibo de entrega, cuja cópia deverá ser enviado ao Gestor/Fiscal do Contrato, para conhecimento.

4.49.1 A distribuição para uso efetivo das ferramentas, equipamentos e acessórios, será realizada pelo Assessor Técnico em Manutenção diretamente a cada profissional de acordo com as suas necessidades e uso em serviços específicos, mediante recibo de entrega.

4.49.2 O controle e a guarda das ferramentas, equipamentos e acessórios, será de total responsabilidade do Assessor Técnico de Manutenção e dos demais profissionais.

Equipamento de Proteção Individual - EPI's

4.50. Os EPI's a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com as atividades a serem desempenhadas no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes e dispostos na tabela de ferramentas e EPI'S, conforme anexo IV. Todos os equipamentos de Proteção Individual - EPI's devem ser novos e com certificados pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, qualidade e Tecnologia, dentro da data de validade.

4.50.1. Todos os equipamentos de EPI deverão ser substituídos, com antecedência mínima 30 (trinta) dias da sua data limite da validade.

4.50.2 As especificações para os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) estão nas planilhas correspondentes, e devem atender a todas as normas técnicas, com o Certificado de Aprovação válido emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

4.50.3 Os EPI's deverão ser substituídos sempre que não atenderem ao nível mínimo de segurança exigido para os usuários e/ou quando solicitado pelo Gestor/Fiscal do Contrato, conforme as condições de trabalho.

Uniformes, recebimento e distribuição

4.51 No início da execução do contrato, deverão ser fornecidos, para cada profissional:

- 02 (duas) calças,
- 02 (duas) camisas e;
- 01 (um) par calçado,

tudo adequado às atividades desempenhadas, tanto para a área de manutenção como também para a área administrativa, conforme anexo II deste Termo de Referência, a partir do primeiro dia de trabalho de cada um dos profissionais contratados.

4.52 Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser novos de 1º uso, e condizente com a atividade a ser desempenhada. Da mesma forma com o biotipo do mesmo, se ajustando de forma confortável as suas atividades laborais. Não serão aceitos uniformes que não estejam de acordo com as especificações da planilha (Anexo II).

4.53 As especificações para os uniformes estão na planilha do Anexo II e, devem atender a todas as normas técnicas, com o Certificado de Aprovação válido emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

4.55 O nome da empresa deverá ser **bordado** de forma visível e legível, exclusivamente nas camisas. No modelo masculino, o bordado será localizado no bolso do lado esquerdo, enquanto no modelo feminino, devido à ausência de bolso, o bordado será posicionado na mesma altura. Todos os uniformes estarão sujeitos à aprovação prévia da Contratante e, caso não atendam às especificações, poderão ser substituídos a pedido, sem custos para a Fundação Joaquim Nabuco.

4.54 A Contratada deverá manter seus empregados uniformizados, identificados por meio de crachás, com os dados pertinentes da contratação (Nome e sobrenome, CPF, cargo, número da matrícula, admissão) e com fotografia recente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

4.55 Em caso de empregada gestante, os uniformes, incluindo os calçados, deverão ser adequados às suas necessidades durante toda a gestação, sendo substituídos sempre que se tornarem desconfortáveis e /ou por solicitação do Gestor do Contrato.

4.56 A contratada deverá entregar os uniformes diretamente a cada um dos seus funcionários, através de documento de entrega/recebimento, devidamente assinado, cuja cópia será disponibilizada para o Gestor/Fiscal do Contrato. Este procedimento se repetirá toda vez, tanto para parte ou o todo do uniforme, que necessitem de substituição.

4.57 Os uniformes deverão ser substituídos quando que não atenderem condições mínimas de uso conformes, os padrões de utilização. Os mesmos poderão ser substituídos na sua totalidade e/ou em partes, e aqueles substituídos deverão entregues no ato do recebimento dos novos. Da mesma forma, através de recibo de entrega com cópia de entrega enviada ao Gestor/Fiscal do Contrato.

4.58 Os uniformes que não estiverem mais atendendo as condições de uso, deverão ser informados pelos funcionários e/ou observados pelo Assessor Técnico em Manutenção, que providenciará através de documento formal, ao preposto da empresa, sua substituição em até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação.

Plano base de Manutenção Predial

4.59 Estrutura de alvenaria, de concreto armado, pisos, laje e coberta

Ação Preventiva Semanal

- Verificar a existência de pontos de infiltração, umidade, rachaduras e outras alterações na estrutura de parede, pilares, vigas, laje, teto, forro, piso, cisternas e caixas d' água, internamente e externamente.
- Verificar a existência de rachaduras e quebras em balcões de granito, mármore e outros elementos;
- Verificar a existência de pontos de infiltração e/ou rachaduras, deterioração e outras avarias nos sistemas de cobertas, inclusive impermeabilização e utilização de mantas, telhas, rufos, canaletas e pontos de escoamento.
- Verificar o madeiramento das cobertas em todos os seus elementos;
- Verificar os parafusos e outros elementos que prendem as telhas da coberta;
- Verificar estruturas metálicas de acesso como: escadas de marinheiro e plataformas;
- Realizar varrimento dos telhados, calhas e desentupimento dos pontos de escoamento, inclusive das caixas de passagem e do sistemas de escoamento pluvial.

Ações Corretivas

- Realizar recomposição dos elementos estruturais em alvenaria, reboco, estruturas em concreto armado;
- Realizar recomposição, substituição e/ou instalação de pisos: cerâmicos, de pedra, vinílicos e de outros elementos, com os devidos rejuntas, inclusive meio fio;
- Realizar recomposição, substituição e/ou instalação de balcões em granito, mármore e outros elementos, inclusive seus elementos de apoio e fixação;
- Realizar recomposição e instalação de forros de gesso e de outros elementos, inclusive das suas estruturas de suporte e acabamento;
- Realizar cortes em forro para instalação de luminárias, saídas de ar condicionados, dutos e outros elementos;
- Realizar recomposição, substituição e instalação de revestimento cerâmicos, vinílicos e outros em paredes, com os devidos rejuntas;
- Realizar recomposição de elementos de cisternas e caixa D' águas;
- Realizar recomposição de elementos de cobertas, telhas, rufos, canaletas e pontos de escoamento;
- Realizar a recomposição do madeiramento das cobertas, em todos os seus elementos;
- Realizar reaperto, substituição e instalação de parafusos e/ou outros elementos que prendem as telhas da coberta;
- Realizar instalação de escadas de marinheiro, plataformas e outros elementos metálicos de acessibilidade;
- Realizar recomposição de impermeabilização em superfícies, inclusive com aplicação de mantas asfáltica a quente e a frio;

4.60 Estrutura em Madeira

Ação Preventiva Mensal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

- Verificar estado de conservação de esquadrias em madeira e divisórias, portas, janelas, forros e outros elementos;
- Verificar a existência de fissuras, trincas e pontos danificados, deteriorados ou faltantes;
- Verificar a existência de sinais infiltração, apodrecimento e ataques de insetos;
- Verificar a existência de problemas de empenos e desníveis;
- Verificar o estado de conservação e fixação de elementos tipo carpete, emborrachados e outros elementos em pisos e paredes;
- Verificar o estado de conservação e fixação das fitas antiderrapantes instaladas em degraus;
- Verificar o estado de conservação dos elementos sinalização para deficientes visuais em pisos;
- Verificar o estado de conservação dobradiças, fechaduras e outros elementos de fixação e trancamento;

Ações Corretivas

- Realizar recomposição, substituição e instalação de grades em madeira, preservando sua estrutura original;
- Realizar recomposição, substituição e instalação de portas e janelas, preservando sua estrutura original;
- Realizar recomposição, substituição e instalação de forro, preservando sua estrutura original;
- Realizar cortes, furos e outros serviços para permitir instalação de equipamentos, dutos de passagens, fiação e outros;
- Realizar cortes, instalação e desinstalação de placas de compensado e outros elementos em madeira e revestimento, inclusive através de colagem;
- Realizar cortes, instalação e desinstalação de pisos tipo carpete, emborrachados e outros elementos, inclusive através de colagem;
- Realizar substituição e instalação de elementos de sinalização para deficientes visuais, inclusive com colagem;
- Realizar substituição e instalação de dobradiças, fechaduras e outros elementos de fixação e trancamento, preservando as características originais;
- Realizar a recomposição em superfícies de madeira, através da lavagem e remoção dos elementos deteriorados e da aplicação de selantes, massa corretiva, lixamento e acabamento final em tintas e vernizes em ambientes internos e externos;

4.61 Pintura

Ação Preventiva Mensal

- Verificar o estado de conservação das superfícies de acabamento, em alvenaria e concreto, com aplicação de tinta e vernizes, em áreas internas e externas;
- Verificar o estado de conservação das superfícies de acabamento em esquadrias em madeira com aplicação de tinta e vernizes, em áreas internas e externas;
- Verificar o estado de conservação dos bancos de jardim com aplicação de tinta e vernizes, em áreas internas e externas;
- Verificar o estado de conservação dos gradis metálicos e outras superfícies com aplicação de tinta e vernizes, em áreas internas e externas;

Ação Corretiva

- Realizar a recomposição em superfícies de alvenaria, através da lavagem e remoção dos elementos deteriorados e da aplicação de selantes, massa corretiva, lixamento e acabamento final em tintas e vernizes em ambientes internos e externos;
- Realizar a recomposição em superfícies em concreto, através da lavagem e remoção dos elementos deteriorados e da aplicação de selantes, lixamento e acabamento final em tintas e vernizes em ambientes internos e externos;
- Realizar a recomposição em superfícies metálicas, através da lavagem e remoção dos elementos deteriorados e da aplicação de selantes, massa corretiva, lixamento e acabamento final em tintas e vernizes em ambientes internos e externos;
- Executar lavagem em superfícies externas em revestimento cerâmicos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

4.62 Hidráulica

Ações Preventivas Semanal

- Verificar o sistema de alimentação das cisternas;
- Verificar o estado de conservação, vazamento e infiltrações da cisterna;
- Verificar o sistema de bombeamento das cisternas para as caixas d' água;
- Verificar o estado de conservação das caixas d' água, vazamento e infiltração;
- Verificar as redes de distribuição de água das caixas d' água para os edifícios, pátios e jardins;
- Verificar o funcionamento das torneiras, ralos e sifões dos banheiros;
- Verificar o funcionamento dos registro de passagens, válvula hidra, vaso sanitário e caixas de descarga;
- Verificar o funcionamento dos sistemas de esgoto sanitário, inclusive as caixas de gordura e passagem;
- Verificar o funcionamento dos sistemas de drenagem fluvial, inclusive as caixas de passagem;
- Verificar o funcionamento dos sistemas de drenagem dos equipamentos de ar condicionado.

Ações Corretivas

- Realizar a substituição e instalação dos equipamentos do sistema de alimentação das cisternas;
- Realizar intervenções pra eliminar infiltrações e vazamentos e manter o nível de conservação das cisternas e caixa d' água;
- Substituir e instalar bombas hidráulicas e demais componentes associados ao seu funcionamento;
- Substituir e instalar encanações e conexões, inclusive limpeza das caixas de gordura e passagens;
- Substituir e instalar torneiras, ralos e sifões, inclusive pias, lavatórios e mictórios;
- Substituir e instalar registro de passagens, válvula hidra, caixa de descarga, inclusive vaso sanitário;
- Substituir e instalar encanações, conexões, inclusive limpeza das caixas de passagens e tubulações, de esgoto e água fluvial;
- Substituir e instalar encanações, conexões e limpeza dos sistema de drenagem de ar condicionado.

4.63 Sistema Elétrico

Subestações Elétricas

As subestações elétricas possuem dois ambientes:

1- O Cubículo de alta tensão, onde estão localizados os transformadores de tensão, as muflas de conexão do alimentador predial e os disjuntores de alta tensão;

2- As áreas de baixa tensão, onde estão localizados os QGBT'S (quadro geral de baixa tensão), os bancos de capacitores para correção do fator de potência, os centros de medição e as canaletas de passagem de cabos no piso

Serviços realizados na área de baixa tensão

Semanalmente	Semestralmente
Realizar a leitura dos instrumentos de medição, compostos pelos indicadores de corrente e tensão localizados no QGBT, Verificar o aterramento das ferragens na área de baixa tensão	
Inspecionar o barramento, conexões e fusíveis NH	Efetuar o reaperto dos bornes de ligação e terminais
Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos, vindos dos transformadores	Efetuar o reaperto dos parafusos de fixação do barramento e isoladores
Verificar a carga dos transformadores	Efetuar o reaperto das conexões e terminais
Inspecionar os fios, cabos e terminais de chegada e saída do QGBT	
Realizar limpeza do local, através de varrição do piso da área de baixa tensão	Efetuar a medição do isolamento dos disjuntores
Inspecionar as chaves seccionadoras e fusíveis	
Verificar o estado das partes metálicas quanto ao nível de	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

oxidação

Chaves Seccionadoras da Subestação	
Serviços realizados na área de baixa tensão	
Mensalmente	Semestralmente
Inspeção tátil quanto a aquecimento geral Verificação de estado geral, superaquecimento de partes e programar possíveis trocas de componentes Realizar teste de funcionamento das chaves, limpeza geral, reaperto das conexões	Efetuar medição de pontos de aquecimento através de termovisão.

Disjuntor de Alta Tensão (modelo HD4/R, fabricação ABB)		
Mensalmente	Semestralmente	Anualmente
Verificar presença de ruído e aquecimento excessivo.	Verificar quanto a limpeza e estado geral	Reaperto geral das conexões Verificar funcionamento e aferição dos relés Medição de pontos de aquecimento através de termovisão

Transformadores de Corrente	
Anualmente	
Efetuar a limpeza geral do equipamento Verificar quanto a ruído e aquecimento excessivo Reaperto das conexões e limpeza geral Medição de pontos de aquecimento através de termovisão	

4.63.1 Transformadores de Corrente

Disjuntores de baixa tensão		
Mensalmente	Trimestralmente	Anualmente
Efetuar limpeza geral do equipamento	Medição de tensão e corrente de funcionamento	Reaperto das conexões e limpeza geral Verificar funcionamento e efetuar aferição dos relés Medição de pontos de aquecimento através de termovisão

4.63.2 Chaves Seccionadoras com Fusíveis

Disjuntores de baixa tensão		
Mensalmente	Trimestralmente	Anualmente
Efetuar limpeza geral do equipamento	Verificar corrente de funcionamento e comparar com nominal	Medição de pontos de aquecimento através de termovisão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

4.63.3 Mufas, Cabos e Isoladores

Disjuntores de Baixa Tensão	
Semestralmente	Anualmente
Efetuar a limpeza geral do equipamento Inspeção tátil quanto a superaquecimento	Medição de pontos de aquecimento através de termovisão

Rede Elétrica	
Semanalmente	Mensalmente
Inspeccionar as caixas de passagens Inspeccionar o estado das capas isolantes, fios e cabos	Efetuar a limpeza das caixas de passagens Realizar a medição de amperagem da fiação e verificação da conformidade com as tabelas de amperagem máxima permitida; Verificar a corrente de serviço e de sobreaquecimento

Iluminação Geral (Interna e externa), Tomadas e Interruptores				
Diariamente	Mensalmente	Trimestralmente	Semestralmente	Anualmente
Ligar e desligar a iluminação externa, inclusive dos estacionamentos, conforme programação estabelecida pela fiscalização	Efetuar o reaperto dos parafusos de fixação das tampas das luminárias externas Realizar teste de funcionamento das luminárias Realizar a limpeza das lâmpadas e luminárias	Efetuar a medição do isolamento dos circuitos, fixações quanto ao estado dos fios Verificar o aterramento das luminárias Efetuar a limpeza das caixas de fiação das tomadas	Efetuar o reaperto das fixações de sustentação das luminárias Efetuar o reaperto das fixações das bases dos soquetes Verificar as fixações dos interruptores	Efetuar medição do nível de iluminação

Dispositivos de Comando	
Semanal	Mensal
Verificação dos interruptores das lâmpadas quanto às condições operacionais	Testar o funcionamento de interruptores, substituindo os que apresentarem mau contato interno ou danos de qualquer natureza Corrigir ligações inadequadas de dispositivos de comandos paralelos (three way, four way e combinados) Substituir dispositivos de comandos com capacidade inadequada para a carga Verificar o funcionamento de dispositivos de comando automáticos (fotocélula, timer, minuteria, etc.) procedendo a sua aferição e/ou substituição, se for o caso Fixar ou, se for o caso, substituir relés, minicontactores, contactores, dos quadros de comando e automação de sistemas de iluminação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

Efetuar testes, programações e reprogramações necessárias em CLP'S e outros dispositivos de controle de automação dos sistemas de iluminação

Sistemas de Emergência	
Mensal	Bimestral
Testar o funcionamento através de autotestes do equipamento ou simulado um falta, corrigindo eventuais problemas	Efetuar a limpeza geral do corpo da luminária (refletor, difusor, compartimentos, etc.) e de seus componentes, com uso de substância neutra e produto apropriado para contatos elétricos (spray)
Verificar a existência de lâmpadas, reatores e dispositivos de partida queimados ou avariados, substituindo quando for o caso	Verificar a fixação de todo o conjunto do sistema, efetuando os reforços e reapertos necessários
Corrigir problemas de mau contato entre a lâmpada e o soquete	Medir, com o sistema em funcionamento, a tensão na carga, verificando na conformidade com os dados de placa do equipamento
Medir a tensão de flutuação em todos os elementos	Verificar a ocorrência de quebras, rachaduras, estufamentos e/ou vazamentos nos acumuladores, substituindo, quando for o caso
Reapertar as conexões e terminais	

● 4.64 Requisitos dos profissionais de apoio à Manutenção Predial

4.64.1 Assessor Técnico em Manutenção

- Ensino médio completo;
- Curso profissionalizante em Edificações, com certificado reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, compatível com as atividades da função;
- Curso com certificado NR 35, em plena validade;

Rotinas a serem cumpridas pelo Assessor Técnico em Manutenção

- Elabora, em conjunto com o Gestor do Contrato, o plano de trabalho, prioridades de execução, alteração e interrupção das atividades de trabalho, como também, outras demandas que se façam necessárias;
- Atende as demandas de solicitação, via sistema informatizado, das unidades da FUNDAJ, e faz as distribuições das atividades de Manutenção Predial;
- Faz a interligação com o Preposto da empresa solicitando, recebendo e devolvendo: ferramentas, equipamentos, e acessórios e outras demandas, inclusive administrativas, para atender tanto as necessidades de serviços quanto dos funcionários da empresa de Manutenção Predial, tudo devidamente protocolado e assinado entre ambos;
- Distribui ferramentas, equipamentos, acessórios e os EPI's, pertinentes e necessários, entre os profissionais para executarem os serviços, tudo devidamente protocolado e assinado entre ambos;
- Avalia a necessidade e providencia a retirada de materiais do almoxarifado central e da mesma forma do almoxarifado da Manutenção Predial, distribuindo os mesmos aos profissionais para execução dos serviços solicitados. A distribuição destes materiais, deve estar devidamente documentada junto ao Almoxarifado Central e também informada ao Sistema de gestão de Manutenção Predial;
- Monitora e auxilia a execução dos serviços de Manutenção Predial;
- Alimenta o sistema informatizado de Manutenção Predial, mantendo-o sempre atualizado quanto a execução dos serviços de Manutenção Predial;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

4.64.2 Apoio Técnico Administrativo III

- Ensino médio completo;
- Curso profissionalizante na área administrativa, com certificado reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, compatível com as atividades da função;
- Experiência comprovada em carteira de trabalho - CTPS por um período de, no mínimo, 06 (seis) meses na função.

Rotinas a serem cumpridas pelo Apoio Técnico Administrativo III

- Acompanhar a elaboração e execução de processos administrativos, garantindo o cumprimento de prazos e normas;
- Arquivamento e organização de documentos físicos e eletrônicos;
- Atendimento telefônico, envio e recebimento de e-mails, elaboração de relatórios e planilhas;
- Auxílio na logística e elaboração de processos

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Após comunicação à empresa, através de email, Ordem de Serviço, com data de início estabelecida.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. Av. Dezessete de Agosto, nº 2223, Casa Forte, Recife-PE;

5.2.2. Av. Dezessete de Agosto, nº 2187, Casa Forte, Recife-PE;

5.2.3. Av. Doutor Seixas, nº 136, Casa Forte, Recife-PE;

5.2.4. Rua Dois Irmãos, nº 77, Apipucos, Recife-PE;

5.2.5. Rua Dois Irmãos, nº 92, Apipucos, Recife-PE;

5.2.6. Rua Dois Irmãos, nº 126, Apipucos, Recife-PE;

5.2.7. Rua Henrique Dias, nº 609, Derby, Recife-PE; e

5.2.8. Engenho Massangana - PE-60 Km 10, Cabo de Santo Agostinho-PE

Apresentação necessária para trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

5.3 Todos os integrantes da equipe, deverão se apresentar para o trabalho, sempre uniformizados, de acordo com as características de cada posto de serviço. E da mesma forma, se utilizar dos EPI's necessários para o cumprimento das atividades.

5.4 A contratada deverá fornecer os uniformes, conforme quantitativos constantes no (Anexo II) e modelos, e os equipamento de proteção individual - EPI's (Anexo IV), ferramentas, incluindo-se todos os seus equipamentos complementares e seus acessórios (Anexo III), tudo de acordo com a natureza profissional de cada posto e atividades a serem executadas.

Cursos e Certificações Específicos

5.5 A empresa contratada deverá providenciar e ministrar cursos específicos de NR10 e NR35 e da mesma forma providenciar os exames médicos complementares e necessários, **apresentando e, entregando à Contratante, cópia dos certificados (validados pelo MEC e Ministério do Trabalho) e os exames para todos os integrantes da equipe solicitados no prazo máximo de até 01 (hum) mês a partir da de admissão dos mesmos.**

5.5.1 Para cada nova admissão, prevalece o prazo máximo de 01 (hum) mês a contar da data de admissão, conforme item 4.4.

5.5.2 Para funcionários que possuem certificados NR10 e NR35, validados pelo MEC e Ministério do Trabalho, serão aceitos desde que a sua data de validade mínima seja de 06 (seis) meses, a partir da data de sua admissão.

5.5.3 A empresa deverá manter, permanentemente, todos os profissionais indicados com os certificados (NR10 e NR35) e exames de saúde complementares válidos, renovando-os quando necessário.

5.5.4 A Fundação Joaquim Nabuco garante a disponibilidade de suas instalações, para que a empresa possa ministrar os cursos de NR10 e NR35, aos funcionários indicados, na tabela 4.9.1, e que prestam serviços de Manutenção Predial nesta instituição, bastando para tal realizar agendamento prévio em até 01 (hum) mês.

Tabela de Certificados NR 10, NR 35 e Exames Médicos:

Profissionais	Quantidade	Curso	Exames Médicos
Assessor Técnico em Manutenção	01	NR 35	Pertinentes
Pedreiro	02	NR 35	Pertinentes
Ajudante de Manutenção	03	NR 35	Pertinentes
Técnico em Eletrotécnica	01	NR 10 e NR 35	Pertinentes
Eletricista	01	NR 10 e NR 35	Pertinentes
Pintor	02	NR 35	Pertinentes
Encanador	01	NR 35	Pertinentes

5.6. Local e horário da prestação dos serviços:

5.6.1 A prestação dos serviços deverá ocorrer numa jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, com intervalo de 01 (uma) hora (período da intrajornada), totalizando 40 (quarenta) horas semanais, tal jornada deverá ser cumprida conforme necessidade da Administração e desde que respeitada a carga horária retro prevista, nos termos da IN SEGES 190 de 05 de dezembro de 2024.

5.6.2 Os postos de trabalho poderão conforme a necessidade, ser alocados em quaisquer dos 04 campi da Fundação Joaquim Nabuco Recife/PE , abaixo listados:

5.6.2.1 **Campus Casa Forte:** Av. 17 de Agosto, 2187 - Ed. Paulo Guerra - Casa Forte - Recife, PE CEP: 52061 540 - Fone: (81) 3073.6290.

5.6.2.2 **Campus Dois Irmãos:** Rua Dois Irmãos, 92 - Ed. Anexo Anízio Teixeira - Apipucos - Recife, PE CEP: 52071-440 - Fone: (81) 3073.6479 Fax: (81) 3073.6563.

5.6.2.3 **Campus Derby:** Rua Henrique Dias, 609 - Ed. Ulysses Pernambucano - Derby - Recife, PE CEP: 52010- 100 - Fone: (81) 3073.6679 Fax: (81) 3073.6684

5.6.2.4 **Engenho Massangana** - PE-60 km 10, Cabo de Santo Agostinho-PE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

5.6.3 Conforme o Artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterações no contrato de trabalho, especialmente em relação à jornada, só poderão ser realizadas se ambas as partes – empresa e colaborador – concordarem com as mudanças, sempre respeitando o limite de 8 (oito) horas diárias. Contudo, essa flexibilidade não resultará no pagamento de horas extras, desde que a carga horária diária e semanal seja observada.

5.6.4 Em caso de alterações na jornada de trabalho durante a vigência do contrato de Prestação de Serviços de Manutenção Predial, o presente contrato deverá ser formalmente ajustado por meio de acordo ou Convenção coletiva de trabalho, com a devida concordância de ambas as partes. As modificações devem observar as disposições legais aplicáveis, especialmente no que se refere aos limites de carga horária e à proteção dos direitos dos trabalhadores, conforme estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tais ajustes serão feitos de forma a garantir a transparência e o cumprimento das condições acordadas inicialmente. Caso ocorra, durante a vigência do contrato de Prestação de Serviços alterações na Jornada de Trabalho, o contrato deverá ser devidamente ajustado.

Controle de Jornada de Trabalho

5.6.5 A Contratada deverá realizar o controle da jornada de trabalho, entrada, saída e intervalos, sem custos adicionais para seus funcionários e a Contratante.

5.6.6 **Hora-extra:** Os funcionários da Contratada não poderá realizar horas-extras, bem como trabalhos em dias sábados, domingos e feriados.

5.6.7 O modelo de formulário a ser utilizado:

5.7 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes funções e seu quantitativo descrito na tabela do item 1 deste Termo de Referência:

PROFISSIONAIS	CBO
Assessor Técnico em Manutenção	7102-05
Pedreiro	7152-10
Ajudante de Manutenção	5143-10
Técnico em Eletrotécnica	3131-10
Eletricista	7156-15
Pintor	7166-10
Marceneiro	7711-05
Encanador	7241-10
Apoio Técnico Administrativo III	4110-10

5.7.2 Os benefícios deverá corresponder, ao previsto na Convenção Coletiva de Trabalho e nas Cláusulas 5.7.3.1 e 5.7.3.2, deste Termo de Referência (Anexo V e Anexo VI).

5.7.3 Para assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foi utilizada as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela administração:

5.7.3.1 Convenção Coletiva De Trabalho 2026/2026, Número De Registro No MTE: PE000054/2026; Data De Registro No MTE: 20/01/2026; Número Da Solicitação: MR00050/2026; Número Do Processo: 47979.207003/2026-26; Data Do Protocolo: 20/01/2026. Sindicato Dos Trab. Nas Emp. De Asseio E Cons., Limp. Urb., Loc. De Mão De Obra, Adm. De Imov., Cond. De Edif., Resid. E Com. Do Est. De Pernambuco, CNPJ N. 04.072.540/0001-31, Neste Ato Representado(a) Por Seu Presidente, Sr(a). Artur Fernandes Alves De Lima; E Sindicato Das Empresas De Asseio E Conservação, Limpeza Pública E Urbana E Terceirização De Serviços No Estado De Pernambuco - SEAC-PE, CNPJ N. 24.163.511/0001-92, Neste Ato Representado(a) Por Seu Presidente, Sr(a). Agostinho Rocha Gomes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

5.7.3.2 Convenção Coletiva De Trabalho 2024/2026; Número De Registro No Mte: Pe000721/2024; Data De Registro No MTE: 20/06/2024; Número Da Solicitação: Mr032326/2024; Número Do Processo: 13623.203274/2024-59; Data Do Protocolo: 20/06/2024. Sindicato Intermunicipal Dos Trabalhadores Nas Indústrias Da Construção Civil De Estradas Pavimentação Obras De Terraplenagem Em Geral Inclusive, CNPJ N. 08.142.317/0001-74, Neste Ato Representado(a) Por Seu Presidente, Sr(a). Reginaldo José Ribeiro E Sindicato Da Ind Da Construção Civil No Estado De PE, CNPJ N. 11.010.725/0001-87, Neste Ato Representado(a) Por Seu Presidente, Sr(a). Antonio Claudio Sá Barreto Couto.

5.7.3.3 Os profissionais serão contratados de forma regular, obedecendo a legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como acordos, convenções e/ou dissídios coletivos.

5.7.3.4 A periodicidade do serviços será estabelecida, exclusivamente, pela FUNDAJ em função da intensidade de uso das instalações e componentes, das condições locais e recomendações dos fabricantes e fornecedores dos equipamentos que se encontram no local onde serão realizados os serviços.

5.7.3.5 Para cada um deles deverá ser, ainda, considerado todos e quaisquer procedimentos de reparos e consertos relativos à manutenção corretiva, sempre que necessários ou quando recomendado pela Fiscalização.

5.7.3.6 O acompanhamento da prestação dos serviços da Manutenção Predial nas diversas áreas será de realizado pelo Chefe da Divisão de Manutenção Predial - DIMAP da FUNDAJ, devendo a contratada ser imediatamente comunicada no caso da prestação de serviço não estar de acordo com este Termo de Referência e com as cláusulas e condições contratuais.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração | Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

- 6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.12. O Fiscal Técnico do contrato comunicará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 6.13. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.14. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada. O preposto deverá, após a assinatura do documento, tomar ciência da avaliação realizada
- 6.16. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.18. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 6.19. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.20. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)
- 6.21. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017).
- 6.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.23. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.24. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

6.25. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.26. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.27. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.28. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.28.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.28.2 Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.28.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.28.4. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.28.5. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.28.6. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.28.7. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.28.8 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.28.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.28.10. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.28.10.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.28.10.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.28.10.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.28.10.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.28.10.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.28.10.6. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.28.10.7 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.28.10.8 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.28.10.9. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

6.28.10.10. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.28.10.11. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.28.10.12. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.28.2 a 6.28.10.11, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.28.10.13. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.29. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.30. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.31. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.32. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.34. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.35. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.37. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.38. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.39. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.40. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.41. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.42. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.43. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.44. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

6.45. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.46. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao Gestor do Contrato.

Gestor do Contrato

6.47. Coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.48. Acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.49. Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.50. Emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.51. Tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.52. Deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.53. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. Não produzir os resultados acordados;

7.2.2. Deixar de executar, e/ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 A medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração | Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

7.4.2 As situações abrangidas pelo Instrumento de Medição de Resultado – IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a Contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

7.4.3 A Contratante poderá alterar os procedimentos e metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a Contratada.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

Durante a vigência 17, sob o acompanhamento da equipe de gestão e fiscalização do contrato, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento, conforme indicado na planilha abaixo:

INDICADOR	
Execução dos serviços e garantia do cumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas dos empregados	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a assiduidade e qualidade dos serviços prestados, para todos os postos, inclusive quanto a prazos estipulados.
Meta a cumprir	Menos de 5 (cinco) ocorrência por mês
Critérios de avaliação	Registro de ocorrências conforme tabela de itens a serem avaliados
Instrumento de medição medição	Número de ocorrências formalizadas
Forma de acompanhamento	Controle por parte da equipe de fiscalização do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Somatório de ocorrências
Início da vigência	Data da assinatura do contrato

ITENS A SEREM AVALIADOS

1	Verificar se os serviços estão sendo executados dentro do prazo acordado, conforme cronograma definido.
2	Avaliar se a execução dos serviços segue as especificações técnicas e padrões de qualidade definidos.
3	Medir a satisfação do contratante com o serviço prestado, por meio de pesquisa de satisfação.
4	Verificar se a contratada mantém a capacidade operacional para atender à demanda do contrato, sem falhas.
5	Avaliar se os funcionários da contratada recebem treinamentos periódicos, bem como a atualização dos cursos já realizados para garantir a qualificação.
6	Verificar se a contratada segue as normas de segurança e saúde ocupacional, especialmente em ambientes de risco.
7	Avaliar o consumo de materiais, equipamentos e tempo, verificando a eficiência no uso desses recursos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

8	Verificar se a contratada cumpre as normas ambientais aplicáveis ao serviço, quando necessário.
9	Avaliar se a contratada entrega relatórios, de forma clara, e documentos exigidos dentro do prazo e com a qualidade esperada.
10	Verificar se a contratada propõe melhorias ou inovações que aumentem a eficiência ou a qualidade dos serviços.
11	Avaliar a clareza e a proatividade da contratada em solucionar problemas e/ou questões relevantes à fiscalização.
12	Verificar se a contratada consegue atender a demandas especiais ou alterações contratuais de forma eficiente.
13	Avaliar se a contratada mantém um controle adequado de custos, evitando sobrecustos e garantindo o uso eficiente dos recursos.
14	Verificar se a contratada possui planos de contingência para situações imprevistas e riscos operacionais.
15	Verificar se a contratada envia todas as documentações, conforme checklist, necessárias (como contracheques, recibos de pagamentos dos encargos sociais mensais, etc.) de forma correta e dentro dos prazos estabelecidos, permitindo o andamento adequado do processo de pagamento.
16	Não utilização dos equipamentos de proteção individual quando necessário
17	Não utilização do uniforme especificado, ou utilização de vestuário que não faça parte do uniforme nas realizações de suas atividades.
18	Indisponibilidade da prestação do serviço (ausência de algum dos funcionários, sem a devida cobertura) por um período superior a 04 (quatro) horas.
19	Deixar de substituir empregado, de forma imediata, que tenha conduta inconveniente ou incompatível.
20	Tratamento inadequado com o servidores, colaboradores, público, etc.
21	Deixar de cumprir as obrigações trabalhistas no período previsto no Contrato e na legislação vigente
22	Atraso nos créditos de: salários, 13º salário, férias, remunerações compensatórias, rescisões contratuais, vale transporte, vale-alimentação, vale-refeição ou quaisquer outros tipos de direitos trabalhistas e/ou benefícios, posterior das datas limites permitidas em LEI e conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
23	A contratada realiza os pagamentos de encargos trabalhistas como FGTS, INSS e outros dentro dos prazos previstos pela legislação trabalhista.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

24	A contratada realiza e informa à contratante a programação de férias de seus empregados com a devida antecedência, bem como o envio do ferista, garantindo que a substituição ocorra dentro dos prazos estipulados, conforme estabelecido no Termo de Referência.
25	Mau uso dos materiais disponibilizados pela contratante para utilização nas demandas.
26	Não fornecer os materiais solicitados em contrato pela fiscalização no prazo determinado.
27	Não fornecer equipamento ou fornecer diferente das especificações no prazo determinado, ou não substituir quando necessário.
28	Não Fornecer Uniformes e EPI's na quantidade e especificações, ou não fornecer ou substituir a pedido da fiscalização.
29	Deixar de trocar os uniformes a cada 6 (seis) meses, ou a quando solicitado pela Fiscalização.
30	Deixar de realizar controle de ponto e presença de seus funcionários.
31	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado ou determinação formal.
32	Permitir ou causar danos ao patrimônio de terceiros, à integridade física de quem quer que seja, lesão corporal ou consequências letais dentro das dependências.

RELATÓRIO MENSAL DE OCORRÊNCIAS

MÊS/ANO REFERÊNCIA: ____/____

Data da ocorrência	Item avaliado e observações necessárias
XX/XX/XXXX	
XX/XX/XXXX	
XX/XX/XXXX	
Somatório de ocorrências	
Faixa de ajuste	
Percentual de desconto na fatura	

FAIXA	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	EFEITOS REMUNERATÓRIOS
1	0 a 5	Remuneração de 100% do valor da fatura
2	6 a 8	Remuneração de 98% do valor da fatura
3	9 a 11	Remuneração de 96% do valor da fatura
4	12 e 14	Remuneração de 94% do valor da fatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

5	15 a 17	Remuneração de 90% do valor da fatura
6	acima de 17	Remuneração de 85% do valor da fatura
A critério da Contratante, caso ocorram 2 (duas) ocorrências consecutivas ou 3 (três) intercaladas, relacionadas à faixa nº 6, em um período de 12 (doze) meses, sem justificativa válida e devidamente comprovada, poderá ser aplicada a rescisão contratual unilateral.		

Liquidação

7.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.6. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.7.1. o prazo de validade;

7.7.2. a data da emissão;

7.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.7.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.7.5. o valor a pagar; e

7.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.9 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.9.1 não produziu os resultados acordados;

7.9.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.9.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser sempre acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17 A emissão da nota fiscal/fatura será precedida pelo recebimento definitivo do serviço e pela apresentação da documentação comprobatória das obrigações fiscais e trabalhistas, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

Checklist de Documentos para Processamento de Pagamento à Contratada

7.18 Este checklist deve ser seguido e os documentos deverão ser enviados mensalmente, acompanhados das documentações e comprovações de pagamento referentes ao mês correspondente, de todos os funcionários lotados na FUNDAJ, para o e-mail manutencao@fundaj.gov.br, até o dia 12 (doze) do mês subsequente ao vencido, a fim de garantir a pontualidade e a conformidade no processamento dos pagamentos, evitando qualquer atraso ou inconsistência no processo.

7.18.1. Folha de Pagamento (detalhada)

- Folha de pagamento detalhada do mês referente ao pagamento;
- Identificação dos trabalhadores;
- Descrição de todos os encargos e benefícios (salário, horas extras, descontos, etc.);
- Base de cálculo de INSS, IRRF e outros impostos;
- Total a pagar.

7.18.2. Comprovante de Depósito de Salários

- Extrato bancário ou comprovante de depósito salarial;
- Identificação de cada trabalhador com o valor de depósito correspondente.

7.18.2.1 Não serão aceitos comprovantes de depósito salarial realizados em nome de terceiros e/ou em contas bancárias de titularidade diversa do empregado.

7.18.3. Contra-cheques (devidamente assinados)- ou comprovantes de depósitos bancários

- Contra-cheques;
- Assinatura do empregado (ou comprovação de recebimento);
- Identificação de descontos e benefícios, incluindo férias, 13º salário, etc;

7.18.4. Folha de Ponto Digital



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

- Folha de ponto individual de cada funcionário;
- Registro de entrada, intervalos e saída diários;
- Total de horas trabalhadas no mês.

7.18.5. Relação de Fornecimento de Vale Refeição ou Alimentação (detalhada)

- Relação constando o nome de todos os funcionários que recebem vale refeição ou alimentação;
- Detalhamento dos valores fornecidos mensalmente.
- Comprovante de pagamento do vale refeição ou alimentação (recibo, extrato de empresa fornecedora, etc.).

7.18.6. Relação de Vale-Transporte (detalhada)

- Relação constando o nome de todos os funcionários que recebem vale-transporte;
- Detalhamento dos valores fornecidos mensalmente;
- Comprovante de pagamento do vale-transporte (recibo, extrato de empresa fornecedora, etc.).

7.18.7. Declaração de Não Uso de Vale-Transporte

- Declaração de funcionários que optaram por não utilizar o vale-transporte, devidamente assinada pelo declarante.

7.18.7.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

7.18.8 Relação de Trabalhadores do FGTS (detalhada)

- Lista completa dos trabalhadores;
- Dados de cada trabalhador: nome completo, CPF, cargo e matrícula, etc.;
- Salário de cada trabalhador;
- Valor do FGTS a ser recolhido para cada trabalhador;
- Guia de recolhimento do FGTS digital;
- Comprovante de pagamento do FGTS.

7.18.9 Documento de Arrecadação Previdenciário - INSS (detalhada)

- Lista completa dos trabalhadores;
- Dados de cada trabalhador: nome completo, CPF, cargo e matrícula, etc.;
- Salário de cada trabalhador;
- Valor do INSS a ser recolhido para cada trabalhador;
- Guia de recolhimento do INSS;
- Comprovante de pagamento do INSS.

7.18.10 Documento de Arrecadação de Receitas Federais

- Documento de arrecadação (DARF) emitido;
- Comprovante de pagamento da guia de arrecadação.

Forma de pagamento à Contratada

7.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada

7.29. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.30. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do contratado independente ao valor estimado por mês, podendo ser contemplados na proposta da licitante e devendo ser debitados dos valores depositados.

7.31. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.32. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.33. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

7.34. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.34.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.34.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.34.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.34.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.34.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.35. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.36. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.37. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.38. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.39. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.40. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.41. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

O Reajustamento de preços em sentido amplo (Repactuação)

7.42 Visando a adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, na forma estatuída no Decreto nº9507 de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº5/2017.

7.43 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.44 O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.44.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.44.2 Para os insumos discriminados na Planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

7.44.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante no Termo de Referência.

7.45 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação da última , a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

7.46 O prazo para a contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

7.47 Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

7.48 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contado:

7.48.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação ao custos decorrentes de mão de obra;

7.48.2 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

7.48.3 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

7.49 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha SIFO possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inseridas cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.50 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

7.51 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho (CCT).

7.52 A Contratante não se vinculadas disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em Lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.53 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de custos e formação de preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção trabalhista da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.54 Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº1.054 de 1994):

$R = V (1 - I^i) I^0$, onde:

R= Valor do reajuste procurado;

V= Valor Contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

i = Índice relativo ao mês do reajustamento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

7.55 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.55.1 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.55.2 caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.55.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

7.56 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

7.56.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

7.56.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas futuras; ou

7.56.3 Em data anterior a ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

7.57 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença por ventura existente.

7.58 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.59 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada e da entrega dos comprovantes de variação de custos.

7.60 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.61 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7.62 A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº5/2017.

7.63 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.63.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.63.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.63.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.63.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber;

7.64 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.65 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

7.66 Caso a opção seja utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.67 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.68 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.69 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.70 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.71 Será considerada extinta a garantia:

7.71.1 Com a devolução apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.71.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº05/2017;

7.72 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízo e/ou aplicar sanções à Contratada.

7.73 A Contratada autoriza a contratar a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

7.74 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.74.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão relocados em outra atividade de prestação de serviços, em que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.75 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

7.75.1 Do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou

7.75.2 Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da IN SEGES/MP nº5/2017.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa nos termos da nos termos dos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

I. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, incluindo, mas não se limitando, ao não pagamento rigoroso e pontual das obrigações trabalhistas, como salários, benefícios, férias, 13º salário, recolhimento de encargos sociais, FGTS, entre outras previstas em lei ou em contrato coletivo;

II. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

III. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV. Comportar-se de modo inidôneo; ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

V. Cometer fraude fiscal.

A reabilitação poderá ser concedida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021, e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

13.2 As sanções previstas nos subitens 13.1 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.3 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
Grau	Correspondência
1	4,00% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	4,00% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	4,00% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	6,00% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	9,00% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2		
Item	Descrição da Infração	Grau
1	Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, incluindo, mas não se limitando, ao não pagamento pontual das obrigações trabalhistas, como salários, benefícios, férias, 13º salário, recolhimento de encargos sociais, INSS, FGTS, entre outras previstas em lei ou em contrato coletivo.	5
2	Ensejar o retardamento da execução do objeto	3
3	Falhar ou fraudar na execução do contrato	5
4	Comportar-se de modo inidôneo	3
5	Cometer fraude fiscal	5
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	4
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	3
8	Manter o funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
9	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
10	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia	02
11	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia	02

13.4 Também ficam sujeitas às penalidades, as empresas ou profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

13.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.7 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

13.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, Estadual e Federal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

8.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme este termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.25.1 A empresa deverá apresentar [Certidão de Registro e Quitação dos Conselhos Regionais - CREA'S](#) com objetivos sociais condizentes com o objeto deste contrato e compatíveis com as atribuições dos seus responsáveis técnicos.

8.26. Informamos que, os serviços de Manutenção Predial que tenham relação direta ou indireta com plano de gerenciamento de risco não poderão ser executados pela empresa na FUNDAJ, enquanto o plano não for apresentado e suas eventuais recomendações forem devidamente atendidas.

8.27 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.28 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30 [Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 \(três\) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1. do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;](#)

8.31 [Comprovação que já executou contrato\(s\) com a quantidade em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme item 10.6, alínea c.2. da IN SEGES/MP n. 5, de 2017](#)

8.32. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, e em observância aos princípios previstos no art. 5º da referida Lei:

8.32.1 Comprovação de aptidão técnico-operacional da licitante, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem a execução de contratos compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

8.32.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser de empresas públicas ou privadas e precisam ser assinadas por responsável técnico ou administrativo identificados e qualificados da empresa a qual os serviços foram prestados em documento formal.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

8.33. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022;

8.34. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

8.35. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

8.36. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.37. Não será exigida a instalação de escritório no estado de Pernambuco como condição para participação ou execução do contrato;

8.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

8.39. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

8.40. O(s) profissional(is) indicado(s) para a prestação dos serviços de manutenção predial (tabela 1.1), poderão ser à posteriori substituídos tanto por iniciativa da contratante ou da contratada e sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.41. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato técnico de responsabilidade de seu emitente.

8.42. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1.1.9.1 O custo estimado total da contratação é no de **Valor (R\$): 1.093.184,64** (um milhão, noventa e três mil, cento e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), conforme custos globais apostos nos ANEXO I, neste Termo de Referência.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.5. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

1.6. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...].

1.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCÓ

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1.8. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

APENDICE - A

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

PGR

Programa de Gerenciamento de Riscos

Fundacao Joaquim Nabuco - Fundaj

(FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO)

Início da vigência: 02/2025

Fim da vigência: 02/2027



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

INÍCIO DA VALIDADE:

06/02/2025

REVISAR ATÉ:

06/02/2027

Empregador:	Fundacao Joaquim Nabuco Fundaj (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO) (Grau de Risco: 2)		
Endereço:	Avenida 17 De Agosto, nº 2187, Casa Forte, Recife, Pernambuco, 52061-540		
CNPJ:	09.773.169/0001-59	Telefone:	Não informado
CNAE:	(8411-6/00) Administração pública em geral		

Autor:	RAMON CRUZ NASCIMENTO	RMTE:	MG 22641
Coordenador:	LUCAS RIBEIRO DA SILVA	CREA:	RJ 2020101455

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO

2 – DEFINIÇÕES E CRITERIOS DE RISCOS

3 – AMBIENTES, CARGOS E INVENTÁRIO DE RISCOS OCUPACIONAIS

4 – GARANTIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. INTRODUÇÃO

NORMA REGULAMENTADORA N.º 01 - DISPOSIÇÕES GERAIS e GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS

A NR-1, pela Portaria SEPRT n.º 6.730, de 09/03/20, estabelece as disposições gerais e o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais na Saúde e Segurança do Trabalho:

“1.1.1.1 O objetivo desta Norma é estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas a segurança e saúde no trabalho e as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST”

O **PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos** é um documento que deve estar incluso no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR

Este documento representa a implementação do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, estabelecido pela NR-1 (Portaria SEPRT n.º 6.730)::

“1.5.3.1. A organização deve implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades.

1.5.3.1.1 O gerenciamento de riscos ocupacionais deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR. 1.5.3.1.1.1

A critério da organização, o PGR pode ser implementado por unidade operacional, setor ou atividade.

1.5.3.1.2 O PGR pode ser atendido por sistemas de gestão, desde que estes cumpram as exigências previstas nesta NR e em dispositivos legais de segurança e saúde no trabalho.

1.5.3.1.3 O PGR deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho”

Segundo a **NR-1**, o PGR deve conter dois documentos base: **Inventário de Riscos** e **Plano de Ação**. “1.5.7.1 O PGR

deve conter, no mínimo, os seguintes documentos:

a) **inventário de riscos**; e

b) **plano de ação**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

1.5.7.2 Os documentos integrantes do PGR devem ser elaborados sob a responsabilidade da organização, respeitado o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados.

1.5.7.2.1 Os documentos integrantes do PGR devem estar sempre disponíveis aos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho.”

Sobre o Inventário de Riscos

Os riscos identificados e avaliados neste PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, foram formalizados em um inventário de riscos, da maneira estabelecida pela NR-1 (Portaria SEPRT n.º 6.730):

“1.5.7.3.1 Os dados da identificação dos perigos e das avaliações dos riscos ocupacionais devem ser consolidados em um inventário de riscos ocupacionais.

1.5.7.3.2 O Inventário de Riscos Ocupacionais deve contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- b) caracterização das atividades;
- c) descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas;
- d) dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17.
- e) avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação; e
- f) critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.

1.5.7.3.3 O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado.

1.5.7.3.3.1 O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.”

A caracterização dos ambientes está disposta logo no início do inventário. O inventário de riscos está disposto por cargo. Na descrição dos cargos está disposto a caracterização dos processos e atividades.

Para compor o inventário de riscos, foram avaliados os níveis de riscos através da matriz de riscos definida. Para isso foi necessário avaliar os níveis de probabilidade e severidade de cada perigo e risco identificado, através de tabelas de gradações mencionadas em “2.DEFINIÇÕES E CRITÉRIOS DE RISCOS”.

O inventário de riscos, quando feito através de um sistema de gestão sofisticado, deve ser exposto de maneira listada, como é feito neste documento (de acordo com as recomendações da Fundacentro).

Sobre o Plano de Ação

Após feito o Inventário de Riscos, foi consolidado um plano de ação para controle dos riscos ocupacionais necessários, como estabelecido pela NR-1 (Portaria SEPRT n.º 6.730):

“1.5.5.2.1 A organização deve elaborar plano de ação, indicando as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, conforme o subitem 1.5.4.4.5.

1.5.5.2.2 Para as medidas de prevenção deve ser definido cronograma, formas de acompanhamento e aferição de resultados.”

O modelo exposto neste documento é um cronograma de ações planejadas , onde cada ação tem sua descrição e data de planejamento. Na descrição de cada ação são informadas as medidas de prevenção com as respectivas ações necessárias para controle e mitigação dos riscos ocupacionais.

2. DEFINIÇÕES E CRITERIOS DE RISCOS

Tabelas de Gradação de Probabilidade e Severidade

As tabelas de gradação de severidade e probabilidade sugeridas são as tabelas da AIHA - American Industrial Hygiene Association, AS/NZS 4360 e European Commission (recomendadas pela Fundacentro). Todas elas possuem gradações de 1 a 5, que vão determinar a classificação da severidade e probabilidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

As gradações de **probabilidade** são 5 (cinco): Rara (1); Pouco Provável (2); Possível (3); Provável (4) e Muito Provável (5). Nas avaliações qualitativas, de acordo com o controle e exposição ao risco, determina-se de 1 a 5 o nível de probabilidade. Em avaliações quantitativas, a probabilidade é classificada de acordo com a porcentagem do valor de exposição ao LEO - Limite de Exposição Ocupacional.

GRADAÇÃO DE PROBABILIDADE - AVALIAÇÕES QUANTITATIVAS		
Estimativa de Probabilidade baseada no LEO (Limite de Exposição Ocupacional (sem considerar EPI) <i>AIHA</i> (2015)		
Nível	Categoria	Níveis de Exposição
1	Exposição a níveis muito baixos	Exposições < 10% LEO
2	Exposição baixa	Exposições > 10% e <50% LEO
3	Exposição moderada	Exposições > 50% e <100% LEO
4	Exposição excessiva	Exposições > 100% e 500% LEO
5	Exposição muito excessiva	Exposições superiores a 5 x LEO

GRADAÇÃO DE PROBABILIDADE - AVALIAÇÕES QUALITATIVAS		
Estimativa de Probabilidade para avaliação de Riscos Mecânicos / Ergonomicos / Biológicos / outros		
Nível	Controle Existente	Medidas de Prevenção
1	Controle Excelente	Representa a melhor tecnologia ou prática de controle disponível.
2	Controle em conformidade legal	Controle seguindo as normas legais, mantido adequadamente.
3	Controle com pequenas deficiências	Controle adequado com pequenas deficiências na operação ou manutenção.
4	Controle deficiente	Controle incompleto ou com deficiências relevantes.
5	Controle inexistente	As medidas de controle são inexistentes ou totalmente inadequadas.

As gradações de **severidade** são 5 (cinco): Leve (1); Baixa (2); Moderada (3); Alta (4) e Extrema (5). A severidade é classificada de 1 a 5, de acordo com o nível de consequência à exposição.

GRADAÇÃO DE SEVERIDADE - AVALIAÇÕES QUANTITATIVAS/QUALITATIVAS	
Estimativas de Severidade <i>AIHA</i> (2015)	
Nível	Definição
1	Lesão leve sem necessidade atenção médica, incômodos ou mal estar.
2	Lesão ou doenças sérias reversíveis.
3	Lesão ou doenças críticas irreversíveis que podem limitar a capacidade funcional.
4	Lesão ou doença incapacitante ou mortal.
5	Mortes ou incapacidades múltiplas (>10).

Matriz de Risco Utilizada

A Matriz de Risco utilizada neste Programa de Gerenciamento de Riscos é uma matriz no formato 5x5, baseada nas estimativas de gradações de Severidade e Probabilidade da AIHA - American Industrial Hygiene Association, AS/NZS 4360 e European Commission (recomendadas pela Fundacentro). Esta matriz funciona para avaliações qualitativas e quantitativas, pois as tabelas de gradações sugeridas possuem as estimativas adequadas para ambas as avaliações.

Os níveis de risco presentes na matriz são 5 (cinco): Trivial (1-3); Tolerável (3-8); Moderado (4-12); Substancial (10-15) e Intolerável (15-25). Cada nível de risco possui o seu método de controle sugerido, baseado na estimativa (grau de certeza) da avaliação, onde os riscos de níveis mais altos têm prioridade de ação.

MATRIZ DE RISCO 5X5 Baseada na Metodologia AIHA			SEVERIDADE				
			Leve	Baixa	Moderada	Alta	Extrema
			1	2	3	4	5
PROBABILIDADE	Muito Provável	5	5	10	15	20	25
	Provável	4	4	8	12	16	20
	Possível	3	3	6	9	12	15
	Pouco Provável	2	2	4	6	8	10
	Rara	1	1	2	3	4	5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

Legenda do Nível de Risco

1 - 3		Trivial
3 - 8		Tolerável
4 - 12		Moderado
10 - 15		Substancial
15 - 25		Intolerável

Exemplo de aplicação:

Probabilidade: ruído ocupacional de 40 dB é > 10% e < 50% do LEO (85 dB) permitido para 8 horas de atividade, classificando-o como probabilidade de nível 2 (pouco provável), de acordo com a tabela de gradação AIHA.

Severidade: a severidade de uma doença que possa surgir de um ruído ocupacional classifica-se como “Lesão ou doenças críticas irreversíveis que podem limitar a capacidade funcional”, de acordo com a tabela sugerida, classificando-a como severidade de nível 3 (moderada).

Nível do Risco: o nível do risco é a probabilidade x (vezes) a severidade. No caso, 2 x 3, resultando em 6 (moderado) de acordo com a matriz.

Obs.: suponha-se que os valores fossem invertidos (severidade 3 e probabilidade 2), o nível do risco ainda seria 6 (3x2), porém o nível do risco seria Tolerável (6), ao invés de Moderado (6). Isso se deve ao fato de a severidade ter maior relevância ao se definir o nível de risco.

Métodos de Controle e Ação

Os métodos de controle são classificados de acordo com o nível do risco e grau de certeza da estimativa da avaliação. Os níveis de risco mais altos devem ter prioridade na ação de controle. A ação de controle é classificada de acordo com a estimativa, que pode ser: certa (0); incerta (1) e altamente incerta (2).

Esta classificação padrão dos métodos de controle funciona apenas para o Inventário de Riscos e não deve ser adotada como método único para o Plano de Ação. Contudo, como as ações de controle serão feitas baseadas no inventário, estas classificações servem para definir a prioridade das ações.

A tabela utilizada foi recomendada pela Fundacentro.

NÍVEIS DE RISCO (ordem de prioridade)	MÉTODOS DE CONTROLE E AÇÕES		
	Estimativa		
	0 - Certa	1 - Incerta	2 - Altamente Incerta
1º Intolerável	Ação imediata ou interrupção da atividade	Controle e informação adicional necessários.	Controle e informação adicional necessários.
2º Substancial	Controle necessário.	Controle e informação adicional necessários.	Controle e informação adicional necessários.
3º Moderado	Controle adicional, se possível/viável.	Informação adicional necessária.	Informação adicional necessária.
4º Tolerável	Nenhum controle adicional necessário.	Informação adicional necessária.	Informação adicional necessária.
5º Trivial	Nenhuma ação necessária.	Nenhuma informação adicional é necessária.	Nenhuma informação adicional é necessária.

Indicador de Qualidade das Condições de Trabalho - IQCT

Para cada atividade existe um indicador de qualidade, chamado de IQCT - Indicador da Qualidade das Condições de Trabalho. O IQCT varia de 25 (todos os riscos altos) a 100 (todos os riscos baixos). Contudo, apesar dos 5 (cinco) níveis de risco existentes, considera-se apenas três níveis de Risco: Tolerável (B), Moderado (M) e Substancial (A). Exclui-se deste cálculo riscos Triviais e riscos Intoleráveis que exijam atuação imediata.

O cálculo é feito através da seguinte fórmula:

IQCT =	4nB + 3nM + nA	x100
	(nB + nM + nA) x4	

O resultado vai variar de 25 a 100. Quanto maior o resultado, maior o índice de qualidade na atividade exercida.

3. AMBIENTES, CARGOS E INVENTÁRIO DE RISCOS OCUPACIONAIS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

SIGLAS PARA O QUESTIONÁRIO DE EPIS

EF	O EPI é eficaz na neutralização do risco ao trabalhador?
MP	Foi tentada a implementação de medidas de proteção coletiva, de caráter administrativo ou de organização, optando-se pelo EPI por inviabilidade técnica, insuficiência ou interinidade, ou ainda em caráter complementar ou emergencial?
PV	Foi observado o prazo de validade do Certificado de Aprovação - CA do MTb no momento da compra do EPI?
CF	Foram observadas as condições de funcionamento do EPI ao longo do tempo, conforme especificação técnica do fabricante nacional ou importador, ajustadas às condições de campo?
UI	Foi observado o uso ininterrupto do EPI ao longo do tempo, conforme especificação técnica do fabricante nacional ou importador, ajustadas às condições de campo?
PT	É observada a periodicidade de troca definida pelo fabricante nacional ou importador e/ou programas ambientais, comprovada mediante recibo assinado pelo usuário em época própria?
HG	É observada a higienização conforme orientação do fabricante nacional ou importador?

AMBIENTES LEVANTADOS (1)

Abaixo estão listados todos os ambientes analisados durante a confecção deste documento onde os colaboradores desta empresa exercerão suas atividades.

<input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL	
Descrição do Ambiente: Ambiente com iluminação e ventilação artificial, piso cerâmico, teto laje, paredes alvenaria.	

CARGO AJUDANTE DE MANUTENÇÃO

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Profissional que realiza reparos e manutenções em equipamentos, instalações e sistemas; Pode ser feito em escritórios, residências e indústrias; Realizar pequenas manutenções preventivas, como lubrificação de máquinas e troca de lâmpadas; Identificar problemas e executar reparos mais complexos; Organizar ferramentas e materiais; Manter a limpeza do local de trabalho; Garantir que as normas de segurança sejam seguidas; Acompanhar inspeções e vistorias periódicas; Monitorar os sistemas de proteção e emergência.
IQCT:	<div><div></div></div> 92/100
Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	uso adequado de equipamentos de proteção individual

☒ Sem insalubridade

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres:
Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções.
Atividades consideradas SALUBRES.

⊗ Sem adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico

O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas na função laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as atividades não são consideradas perigosas.

⊗ Sem aposentadoria especial

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres:
Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções.
Atividades consideradas SALUBRES.

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - AJUDANTE DE MANUTENÇÃO

■ Queda da própria altura

eSocial 05.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional

Perigos, fontes e circunstâncias: Possíveis contusões ou luxações causados por torção no pé (tornozelo) ou queda ao tropeçar por caminhar pelos setores da empresa.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

■ CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS

eSocial 05.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR DETERMINAÇÕES DA NR 12 DA PORTARIA 3.214/78

Possíveis danos à saúde: PERDA DE MEMBROS, FRATURAS, CORTES ENTRE OUTROS

Probabilidade: Não informado

Severidade: Não informado

Nível do Risco: Não informado

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - AJUDANTE DE MANUTENÇÃO

■ ERGONÔMICO

eSocial 05.01.001

Exposição: Habitual

Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Descrição do Agente Nocivo: ERGONOMICO

Possíveis danos à saúde: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária

INVENTÁRIO DE RISCOS FÍSICOS - AJUDANTE DE MANUTENÇÃO

■ RUÍDO

eSocial 02.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Tolerância: 85,00 decibel (A) (dB(A))

Encontrado: 81 decibel (A) (dB(A))

Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.

Metodologia: Critério Quantitativo. DOSIMETRIA

Descrição do Agente Nocivo: RUÍDO.

Possíveis danos à saúde: A exposição ao ruído pode ocasionar efeitos à saúde como estresse, irritabilidade, hipertensão arterial e pode estar associado a outras situações de risco.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária

EPIS - AJUDANTE DE MANUTENÇÃO	Risco
UNIFORME DA EMPRESA (CA: ISENTOCATIPOUNIFORME)	(05.01.001) Queda da própria altura (05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
CALÇADO FECHADO\CALÇADO BAIXO - TIPO A (CA: 43860)	(05.01.001) Queda da própria altura
BOTA DE COURO PRETO (CA: 12160)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS (CA: 32143)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS

CARGO ASSESSOR TÉCNICO EM MANUTENÇÃO

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
-------------------	----------------------------------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Atividades:	Profissional responsável por assegurar o funcionamento adequado de equipamentos, máquinas e sistemas em uma empresa. Seu principal objetivo é prevenir falhas e minimizar os tempos de inatividade não planejados, garantindo que os ativos estejam em condições operacionais ideais.
IQCT:	<div><div></div></div> 92/100

Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	Uso adequado de equipamentos de proteção individual.

<input checked="" type="checkbox"/> Sem insalubridade

Observações e parecer técnico
NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções. Atividades consideradas SALUBRES

<input checked="" type="checkbox"/> Sem adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico
O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas na função laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as atividades não são consideradas perigosas

<input checked="" type="checkbox"/> Sem aposentadoria especial
--

Observações e parecer técnico
NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções. Atividades consideradas SALUBRES

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - ASSESSOR TÉCNICO EM MANUTENÇÃO											
<div><div></div></div> Queda da própria altura		eSocial 05.01.001									
Exposição: Eventual/Ocasional											
Perigos, fontes e circunstâncias: Possíveis contusões ou luxações causados por torção no pé (tornozelo) ou queda ao tropeçar por caminhar pelos setores da empresa.											
Metodologia: Critério Qualitativo.											
Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.											
Probabilidade: Pouco Provável (2)			Severidade: Baixa (2)				Nível do Risco: Tolerável				
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária											
Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim											



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

■ CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS		eSocial 05.01.001
Exposição: Contínua/Permanente		
Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.		
Metodologia: Critério Qualitativo.		
Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR DETERMINAÇÕES DA NR 12 DA PORTARIA 3.214/78		
Possíveis danos à saúde: PERDA DE MEMBROS, FRATURAS, CORTES ENTRE OUTROS		
Probabilidade: Não informado	Severidade: Não informado	Nível do Risco: Não informado
Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim		

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - ASSESSOR TÉCNICO EM MANUTENÇÃO						
■ ERGONÔMICO		eSocial 05.01.001				
Exposição: Habitual						
Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.						
Metodologia: Critério Qualitativo.						
Descrição do Agente Nocivo: ERGONOMICO						
Possíveis danos à saúde: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.						
Probabilidade: Pouco Provável (2)		Severidade: Baixa (2)		Nível do Risco: Tolerável		
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária						

INVENTÁRIO DE RISCOS FÍSICOS - ASSESSOR TÉCNICO EM MANUTENÇÃO					
■ RUIDO		eSocial 02.01.001			
Exposição: Contínua/Permanente		Tolerância: 85,00 decibel (A) (dB(A))		Encontrado: 81 decibel (A) (dB(A))	
Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.					
Metodologia: Critério Quantitativo. DOSIMETRIA					
Descrição do Agente Nocivo: RUÍDO.					
Possíveis danos à saúde: A exposição ao ruído pode ocasionar efeitos à saúde como estresse, irritabilidade, hipertensão arterial e pode estar associado a outras situações de risco.					
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Moderada (3)		Nível do Risco: Moderado	
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária					

EPIS - ASSESSOR TÉCNICO EM MANUTENÇÃO	Risco
UNIFORME DA EMPRESA (CA: ISENTOCATIPOUNIFORME)	(05.01.001) Queda da própria altura (05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
CALÇADO FECHADO\CALÇADO BAIXO - TIPO A (CA: 43860)	(05.01.001) Queda da própria altura
BOTA DE COURO PRETO (CA: 12160)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS (CA:
32143)

(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE
ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS

CARGO ASSESSOR TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Realiza o levantamento e interpretação de dados de controle ambiental, auditorias e elabora laudos. Desenvolve projetos para tratamento de efluentes e controle de resíduos, analisando amostras físico-químicas e microbiológicas. Elabora programas de educação ambiental na conservação e preservação dos recursos naturais.
IQCT:	<div><div></div></div> 92/100
Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	Uso adequado de equipamentos de proteção individual.

⊘ Sem insalubridade

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções. Atividades consideradas SALUBRES

⊘ Sem adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico

O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas na função laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as atividades não são consideradas perigosas

⊘ Sem aposentadoria especial

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções. Atividades consideradas SALUBRES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - ASSESSOR TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

■ **Queda da própria altura**

eSocial 05.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional

Perigos, fontes e circunstâncias: Possíveis contusões ou luxações causados por torção no pé (tornozelo) ou queda ao tropeçar por caminhar pelos setores da empresa.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)
Informação adicional necessária

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - ASSESSOR TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

■ **ERGONÔMICO**

eSocial 05.01.001

Exposição: Habitual

Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Descrição do Agente Nocivo: ERGONOMICO

Possíveis danos à saúde: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)
Informação adicional necessária

INVENTÁRIO DE RISCOS FÍSICOS - ASSESSOR TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

■ **RUIDO**

eSocial 02.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Tolerância: 85,00 decibel (A) (dB(A))

Encontrado: 81 decibel (A) (dB(A))

Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.

Metodologia: Critério Quantitativo. DOSIMETRIA

Descrição do Agente Nocivo: RUÍDO.

Possíveis danos à saúde: A exposição ao ruído pode ocasionar efeitos à saúde como estresse, irritabilidade, hipertensão arterial e pode estar associado a outras situações de risco.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado

Estimativa: Incerta (1)
Informação adicional necessária

EPIS - ASSESSOR TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

Risco

UNIFORME DA EMPRESA (CA: ISENTOCATIPOUNIFORME)

(05.01.001) Queda da própria altura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

CALÇADO FECHADO\CALÇADO BAIXO - TIPO A (CA: 43860)

(05.01.001) Queda da própria altura

CARGO ASSESSOR TÉCNICO EM PROJETOS

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Desenvolve projetos, conforme análise de viabilidade técnica, definição de especificações e recursos necessários e demais requisitos. Acompanha cronograma, colabora para o levantamento e elaboração de documentação técnica.
IQCT:	<div></div> 100/100
Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	Uso adequado de equipamentos de proteção individual.

☒ Sem insalubridade

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções. Atividades consideradas SALUBRES.

☒ Sem adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico

O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas na função laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as atividades não são consideradas perigosas.

☒ Sem aposentadoria especial

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres:
Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções.
Atividades consideradas SALUBRES.
NR-16 – Atividades e Operações Perigosas:
O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas nas funções laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as atividades não são consideradas perigosas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - ASSESSOR TÉCNICO EM PROJETOS

■ Queda da própria altura

eSocial 05.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional

Perigos, fontes e circunstâncias: Possíveis contusões ou luxações causados por torção no pé (tornozelo) ou queda ao tropeçar por caminhar pelos setores da empresa.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)
Informação adicional necessária

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - ASSESSOR TÉCNICO EM PROJETOS

■ ERGONÔMICO

eSocial 05.01.001

Exposição: Habitual

Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Descrição do Agente Nocivo: ERGONOMICO

Possíveis danos à saúde: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)
Informação adicional necessária

EPIS - ASSESSOR TÉCNICO EM PROJETOS

Risco

UNIFORME DA EMPRESA (CA: ISENTOCATIPOUNIFORME)

(05.01.001) Queda da própria altura

CALÇADO FECHADO\CALÇADO BAIXO - TIPO A (CA: 43860)

(05.01.001) Queda da própria altura

CARGO AUXILIAR DE ARQUIVO

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Responsável por organizar, arquivar e manter a segurança de documentos, tanto físicos como digitais. Ele também deve garantir que os documentos estejam em bom estado de conservação e que o acesso a eles seja fácil e rápido.
IQCT:	<div></div> 100/100
Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	Uso adequado de equipamentos de proteção individual.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

☒ Sem insalubridade

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções.
~~Atividades consideradas SALUBRES~~

☒ Sem adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico

O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas na função laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as ~~atividades não são consideradas perigosas~~

☒ Sem aposentadoria especial

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções.
~~Atividades consideradas SALUBRES~~

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - AUXILIAR DE ARQUIVO

☒ Queda da própria altura

eSocial 05.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional

Perigos, fontes e circunstâncias: Possíveis contusões ou luxações causados por torção no pé (tornozelo) ou queda ao tropeçar por caminhar pelos setores da empresa.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - AUXILIAR DE ARQUIVO

☒ ERGONÔMICO

eSocial 05.01.001

Exposição: Habitual

Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Descrição do Agente Nocivo: ERGONOMICO

Possíveis danos à saúde: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

Probabilidade: Pouco Provável (2)	Severidade: Baixa (2)	Nível do Risco: Tolerável				
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária						

EPIS - AUXILIAR DE ARQUIVO	Risco
UNIFORME DA EMPRESA (CA: ISENTOCATIPOUNIFORME)	(05.01.001) Queda da própria altura
CALÇADO FECHADO\CALÇADO BAIXO - TIPO A (CA: 43860)	(05.01.001) Queda da própria altura

CARGO ELETRICISTA

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Monta e repara instalações de baixa e alta tensão, em edifícios ou outros locais, guiando-se por esquemas e outras especificações, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, aparelhos de medições elétrica e eletrônica, material isolante e equipamentos de soldar, para possibilitar o funcionamento dos mesmos. Estuda o trabalho 'a ser realizado, consultando plantas e/ou esquemas, especificações e outras informações, para estabelecer o roteiro das tarefas; - Coloca os quadros de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas e interruptores, utilizando ferramentas normais, comuns e especiais, materiais e elementos de fixação, para estruturar a parte geral da instalação elétrica; - Executa o corte, dobradura e instalação de condutos, utilizando equipamentos de cortar e dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para possibilitar a passagem da fiação,
IQCT:	<div><div></div></div> 70/100
Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	Uso adequado de equipamentos de proteção individual.

☒ Sem insalubridade

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções.
~~Atividades consideradas SALUBRES~~

☒ Enquadrado a adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

1. Têm direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores:

- que executam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em alta tensão;
- que realizam atividades ou operações com trabalho em proximidade, conforme estabelece a NR10;
- que realizam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em baixa tensão no sistema elétrico de consumo - SEC, no caso de descumprimento do item 10.2.8 e seus subitens da NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- das empresas que operam em instalações ou equipamentos integrantes do sistema elétrico de potência - SEP, bem como suas contratadas, em conformidade com as atividades e operações

Observações e parecer técnico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções. Atividades consideradas SALUBRES

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - ELETRICISTA				
■ Queda da própria altura			eSocial 05.01.001	
Exposição: Eventual/Ocasional				
Perigos, fontes e circunstâncias: QUEDA. Máquinas e equipamentos elétricos ,movimentação nos postos de trabalho.				
Metodologia: Critério Qualitativo.				
Possíveis danos à saúde: Escoriações, Luxações e Fraturas.				
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Leve (1)		Nível do Risco: Trivial
Estimativa: Incerta (1) Nenhuma informação adicional é necessária				
■ CHOQUE ELÉTRICO			eSocial 05.01.001	
Exposição: Contínua/Permanente				
Perigos, fontes e circunstâncias: CHOQUE ELÉTRICO.				
Metodologia: Critério Qualitativo.				
Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR DETERMINAÇÕES DA NR 10 DA PORTARIA 3.214/78				
Descrição do Agente Nocivo: CHOQUE ELÉTRICO.				
Possíveis danos à saúde: MORTE.				
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Alta (4)		Nível do Risco: Substancial
Estimativa: Incerta (1) Controle e informação adicional necessários				
Implica: Adicional de periculosidade.Aposentadoria Especial.				
Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim				
■ TRABALHO EM ALTURA			eSocial 05.01.001	
Exposição: Habitual				
Perigos, fontes e circunstâncias: QUEDA. Atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.				
Metodologia: Critério Qualitativo.				
Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR EXIGENCIAS DE NR 35 DA PORTARIA 3.214/78				
Descrição do Agente Nocivo: TRABALHO EM ALTURA.				
Possíveis danos à saúde: Fraturas/ Lesões /Amputações /Morte.				
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Moderada (3)		Nível do Risco: Moderado
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

Observações: QUEDA.

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - ELETRICISTA

■ Postural

eSocial 05.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado

Estimativa: Incerta (1)
Informação adicional necessária

Observações: COLABORADOR TRABALHA EM AMBIANTE ABERTO COM ILUMIAÇÃO NAO ARTIFICIAL E EM POSIÇÕES QUE PODEM OCASIONAR DORES LOMBARES.

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

INVENTÁRIO DE RISCOS FÍSICOS - ELETRICISTA

■ Radiação não ionizante

eSocial 05.01.001

Exposição: Habitual

Perigos, fontes e circunstâncias: TRABALHO A CÉU ABERTO, EXPOSIÇÃO AO SOL.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Insolação, Câncer de pele.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado

Estimativa: Incerta (1)
Informação adicional necessária

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

■ RUÍDO

eSocial 02.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional

Perigos, fontes e circunstâncias: MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: ESTRESSE, CANSAÇO, FADIGA E PERCA AUDITIVA.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)
Informação adicional necessária

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

EPIS - ELETRICISTA	Risco
LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS (CA: 32143)	(05.01.001) CHOQUE ELÉTRICO
CINTO DE SEGURANÇA COM TALABART DUPLO PARA TRABALHO EM ALTURA (CA: 35509)	(05.01.001) TRABALHO EM ALTURA
BOTA DE COURO PRETO (CA: 12160)	(05.01.001) Postural
BONE ARABE (CA: 28998)	(05.01.001) Radiação não Ionizante
PROTETOR SOLAR (CA: ISENTOCA)	(05.01.001) Radiação não Ionizante
PROTETOR AURICULAR (CA: 5745)	(02.01.001) RUÍDO

CARGO ELETROTÉCNICO

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Profissional que planeja, instala, mantém e repara equipamentos e sistemas elétricos. Ele também é responsável por garantir a segurança e a eficiência dos sistemas elétricos.
IQCT:	<div><div></div></div> 70/100
Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	Uso adequado de equipamentos de proteção individual.

⊗ Sem insalubridade

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções.

✓ Enquadrado a adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

1. Têm direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores:

- que executam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em alta tensão;
- que realizam atividades ou operações com trabalho em proximidade, conforme estabelece a NR10;
- que realizam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em baixa tensão no sistema elétrico de consumo - SEC, no caso de descumprimento do item 10.2.8 e seus subitens da NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- das empresas que operam em instalações ou equipamentos integrantes do sistema elétrico de potência - SEP, bem como suas contratadas, em conformidade com as atividades e respectivas áreas de risco descritas no quadro I deste anexo da NR 16

✓ Enquadrado a aposentadoria especial

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - ELETROTÉCNICO

■ Queda da própria altura

eSocial 05.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional

Perigos, fontes e circunstâncias: QUEDA. Máquinas e equipamentos elétricos ,movimentação nos postos de trabalho.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Escoriações, Luxações e Fraturas.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Leve (1)

Nível do Risco: Trivial

Estimativa: Incerta (1)

Nenhuma informação adicional é necessária

■ CHOQUE ELÉTRICO

eSocial 05.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Perigos, fontes e circunstâncias: CHOQUE ELÉTRICO.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR DETERMINAÇÕES DA NR 10 DA PORTARIA 3.214/78

Descrição do Agente Nocivo: CHOQUE ELÉTRICO.

Possíveis danos à saúde: MORTE.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Alta (4)

Nível do Risco: Substancial

Estimativa: Incerta (1)

Controle e informação adicionais necessários

Implica: Adicional de periculosidade.Aposentadoria Especial.

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

■ TRABALHO EM ALTURA

eSocial 05.01.001

Exposição: Habitual

Perigos, fontes e circunstâncias: QUEDA. Atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR EXIGENCIAS DE NR 35 DA PORTARIA 3.214/78

Descrição do Agente Nocivo: TRABALHO EM ALTURA.

Possíveis danos à saúde: Fraturas/ Lesões /Amputações /Morte.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária

Observações: QUEDA.

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - ELETROTÉCNICO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

Postural		eSocial 05.01.001				
Exposição: Contínua/Permanente						
Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades						
Metodologia: Critério Qualitativo.						
Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.						
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Moderada (3)		Nível do Risco: Moderado		
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária						
Observações: COLABORADOR TRABALHA EM AMBIENTE ABERTO COM ILUMIAÇÃO NAO ARTIFICIAL E EM POSIÇÕES QUE PODEM OCASIONAR DORES LOMBARES.						
Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim						

INVENTÁRIO DE RISCOS FÍSICOS - ELETROTÉCNICO						
Radiação não Ionizante		eSocial 05.01.001				
Exposição: Habitual						
Perigos, fontes e circunstâncias: TRABALHO A CÉU ABERTO, EXPOSIÇÃO AO SOL.						
Metodologia: Critério Qualitativo.						
Possíveis danos à saúde: Insolação, Câncer de pele.						
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Moderada (3)		Nível do Risco: Moderado		
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária						
Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim						

RUIDO		eSocial 02.01.001				
Exposição: Eventual/Ocasional						
Perigos, fontes e circunstâncias: MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.						
Metodologia: Critério Qualitativo.						
Possíveis danos à saúde: ESTRESSE, CANSAÇO, FADIGA E PERCA AUDITIVA.						
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Baixa (2)		Nível do Risco: Tolerável		
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária						
Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim						

EPIS - ELETROTÉCNICO	Risco
LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS (CA: 32143)	(05.01.001) CHOQUE ELÉTRICO
CINTO DE SEGURANÇA COM TALABART DUPLO PARA TRABALHO EM ALTURA (CA: 35509)	(05.01.001) TRABALHO EM ALTURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

BOTA DE COURO PRETO (CA: 12160)	(05.01.001) Postural
BONE ARABE (CA: 28998)	(05.01.001) Radiação não Ionizante
PROTETOR SOLAR (CA: ISENTOCA)	(05.01.001) Radiação não Ionizante
PROTETOR AURICULAR (CA: 5745)	(02.01.001) RUÍDO

CARGO ENCANADOR

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Profissional que instala, mantém e conserta sistemas de tubulação de água, esgoto, gás, vapor e outros fluidos. Ele trabalha em residências, prédios, laboratórios e outros locais.
IQCT:	<div><div></div></div> 92/100
Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	Uso adequado de equipamentos de proteção individual.

☒ Sem insalubridade

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções. Atividades consideradas SALUBRES.

☒ Sem adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico

O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas na função laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as atividades não são consideradas perigosas.

☒ Sem aposentadoria especial

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções. Atividades consideradas SALUBRES.

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - ENCANADOR

☒ Queda da própria altura eSocial 05.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

Perigos, fontes e circunstâncias: Possíveis contusões ou luxações causados por torção no pé (tornozelo) ou queda ao tropeçar por caminhar pelos setores da empresa.							
Metodologia: Critério Qualitativo.							
Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.							
Probabilidade: Pouco Provável (2)		Severidade: Baixa (2)		Nível do Risco: Tolerável			
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária							
Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim							
<input checked="" type="checkbox"/> CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS				eSocial 05.01.001			
Exposição: Contínua/Permanente							
Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.							
Metodologia: Critério Qualitativo.							
Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR DETERMINAÇÕES DA NR 12 DA PORTARIA 3.214/78							
Possíveis danos à saúde: PERDA DE MEMBROS , FRATURAS, CORTES ENTRE OUTROS							
Probabilidade: Não informado		Severidade: Não informado		Nível do Risco: Não informado			
Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim							

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - ENCANADOR							
<input checked="" type="checkbox"/> ERGONÔMICO				eSocial 05.01.001			
Exposição: Habitual							
Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.							
Metodologia: Critério Qualitativo.							
Descrição do Agente Nocivo: ERGONOMICO							
Possíveis danos à saúde: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.							
Probabilidade: Pouco Provável (2)		Severidade: Baixa (2)		Nível do Risco: Tolerável			
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária							

INVENTÁRIO DE RISCOS FÍSICOS - ENCANADOR							
<input checked="" type="checkbox"/> RUÍDO				eSocial 02.01.001			
Exposição: Contínua/Permanente		Tolerância: 85,00 decibel (A) (dB(A))		Encontrado: 81 decibel (A) (dB(A))			
Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.							
Metodologia: Critério Quantitativo. DOSIMETRIA							
Descrição do Agente Nocivo: RUÍDO.							
Possíveis danos à saúde: A exposição ao ruído pode ocasionar efeitos à saúde como estresse, irritabilidade, hipertensão arterial e pode estar associado a outras situações de risco.							
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Moderada (3)		Nível do Risco: Moderado			
Estimativa: Incerta (1)							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

Informação adicional necessária

EPIS - ENCANADOR	Risco
UNIFORME DA EMPRESA (CA: ISENTOCATIPOUNIFORME)	(05.01.001) Queda da própria altura (05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
CALÇADO FECHADO\CALÇADO BAIXO - TIPO A (CA: 43860)	(05.01.001) Queda da própria altura
BOTA DE COURO PRETO (CA: 12160)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS (CA: 32143)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS

CARGO MARCENEIRO

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Preparam o local de trabalho, ordenando fluxos do processo de produção, e planejam o trabalho, interpretando projetos desenhos e especificações e esboçando o produto conforme solicitação. confeccionam e restauram produtos de madeira e derivados(produção em série ou sob medida). entregam produtos confeccionados sob medida ou restaurados, embalando, transportando e montando o produto no local da instalação em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental.
IQCT:	% de insalubridade 85/100

Observações e parecer técnico

Em conformidade com a NR-15 anexo 13 da Portaria 3214/78 . A atividade é considerada insalubre em GRAU MÉDIO para hidrocarbonetos aromáticos. (Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um a adicional sobre o vencimento do cargo efetivo a função é considerada insalubre em Grau Médio)

☒ Sem adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico

O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas na função laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as atividades não são consideradas perigosas.

☒ Enquadrado a aposentadoria especial

Observações e parecer técnico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

Em conformidade com a NR-15 anexo 13 da Portaria 3214/78 . A atividade é considerada insalubre em GRAU MÉDIO para hidrocarbonetos aromáticos. (Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo a função é considerada insalubre em Grau Médio)

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - MARCENEIRO

■ Queda da própria altura

eSocial 05.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional

Perigos, fontes e circunstâncias: Possíveis contusões ou luxações causados por torção no pé (tornozelo) ou queda ao tropeçar por caminhar pelos setores da empresa.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

■ CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS

eSocial 05.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR DETERMINAÇÕES DA NR 12 DA PORTARIA 3.214/78

Possíveis danos à saúde: PERDA DE MEMBROS , FRATURAS, CORTES ENTRE OUTROS

Probabilidade: Não informado

Severidade: Não informado

Nível do Risco: Não informado

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - MARCENEIRO

■ ERGONÔMICO

eSocial 05.01.001

Exposição: Habitual

Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Descrição do Agente Nocivo: ERGONOMICO

Possíveis danos à saúde: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

INVENTÁRIO DE RISCOS FÍSICOS - MARCENEIRO

■ RUIDO

eSocial 02.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Tolerância: 85,00 decibel (A) (dB(A))

Encontrado: 89 decibel (A) (dB(A))

Perigos, fontes e circunstâncias: RUIDO. Máquinas e Equipamentos em funcionamento.

Metodologia: Critério Quantitativo. DOSIMETRIA

Descrição do Agente Nocivo: RUÍDO.

Possíveis danos à saúde: Estresse, Cansaço, Fadiga e Perda auditiva.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado

Estimativa: Altamente Incerta (2)
Informação adicional necessária

Observações: Colaborador trabalha em pé em ambiente climatizado artificialmente e com luz artificial estando livre para fazer pausas sempre que julgar necessário.

Implica: Adicional de 20% de insalubridade.Aposentadoria Especial.

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

■ Vibração corpo inteiro

eSocial 02.01.003

Exposição: Eventual/Ocasional

Tolerância: 2,05 metro por segundo (m/s)

Encontrado: 2,8 metro por segundo (m/s)

Perigos, fontes e circunstâncias: MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Metodologia: Critério Quantitativo. aren

Descrição do Agente Nocivo: VIBRAÇÃO.

Possíveis danos à saúde: Vibração corpo inteiro

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado

Estimativa: Incerta (1)
Informação adicional necessária

Implica: Adicional de 20% de insalubridade.Aposentadoria Especial.

INVENTÁRIO DE RISCOS QUÍMICOS - MARCENEIRO

■ SOLDAGEM E FUMOS METALICOS

eSocial 01.06.001

Exposição: Contínua/Permanente

Perigos, fontes e circunstâncias: FUMOS METALICOS. Queima de reagentes de solda.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR DETERMINAÇÕES DA Portaria n.º 3.214/78.

Descrição do Agente Nocivo: QUEIMA DOS REAGENTES DA SOLDA.

Possíveis danos à saúde: DOENÇAS RESPIRATORIAS.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária						
Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim						

EPIS - MARCENEIRO	Risco
UNIFORME DA EMPRESA (CA: ISENTOCATIPOUNIFORME)	(05.01.001) Queda da própria altura (05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS (01.06.001) SOLDAGEM E FUMOS METALICOS
CALÇADO FECHADO\CALÇADO BAIXO - TIPO A (CA: 43860)	(05.01.001) Queda da própria altura
BOTA DE COURO PRETO (CA: 12160)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS (01.06.001) SOLDAGEM E FUMOS METALICOS
LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS (CA: 32143)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA (CA: 29176)	(02.01.001) RUÍDO
LUVA DE COURO/RASPA (CA: 16074)	(01.06.001) SOLDAGEM E FUMOS METALICOS
AVENTAL DE RASPA COM MANGA (CA: 41078)	(01.06.001) SOLDAGEM E FUMOS METALICOS
MASCARA DE SOLDA (CA: 6135)	(01.06.001) SOLDAGEM E FUMOS METALICOS

CARGO PEDREIRO

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Preparam canteiros de obras, capina limpeza de área e compactando solos; Demolem edificações de concreto, de alvenaria e outras estruturas e transporte manual em geral; Efetuam manutenção e conservação básica, limpando máquinas e ferramentas, verificando condições dos equipamentos e reparando eventuais defeitos nos mesmos; Realizam serviços manuais de escavações, preparam massa de concreto, argamassa e outros materiais; Cuidar da limpeza e organização do ambiente de trabalho; Responsável pela requisição de materiais de limpeza; Cumprir com as atividades determinadas pelos seus Superiores; Requisitar materiais necessários para execução e manutenção dos serviços. Construir estruturas de alvenaria; Utilizar ferramentas manuais e elétricas inclusive as que possuem características cortantes; Instrui e coordenam seus subordinados; Desenvolver suas atividades conforme normas e procedimentos do Manual SGI; Instrui e coordenam seus subordinados; Construir estruturas de alvenaria.
IQCT:	<div><div></div></div> 92/100
Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	Uso adequado de equipamentos de proteção individual.

☒ Sem insalubridade

Observações e parecer técnico
NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções.

☒ Sem adicional de periculosidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas na função laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as atividades não são consideradas perigosas.

⊘ Sem aposentadoria especial

Observações e parecer técnico

NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: Não foram encontrados agentes agressivos com potencial de causar danos à saúde dos trabalhadores na função acima discriminada. Não foram identificados durante o levantamento ambiental, atividades ou condições de trabalho com intensidade de provocar danos à saúde dos trabalhadores nessas funções. Atividades consideradas SALUBRES.

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - PEDREIRO

■ Queda da própria altura

eSocial 05.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional

Perigos, fontes e circunstâncias: Possíveis contusões ou luxações causados por torção no pé (tornozelo) ou queda ao tropeçar por caminhar pelos setores da empresa.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

■ CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS

eSocial 05.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR DETERMINAÇÕES DA NR 12 DA PORTARIA 3.214/78

Possíveis danos à saúde: PERDA DE MEMBROS, FRATURAS, CORTES ENTRE OUTROS

Probabilidade: Não informado

Severidade: Não informado

Nível do Risco: Não informado

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - PEDREIRO

■ ERGONÔMICO

eSocial 05.01.001

Exposição: Habitual

Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Descrição do Agente Nocivo: ERGONOMICO

Possíveis danos à saúde: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

Probabilidade: Pouco Provável (2)	Severidade: Baixa (2)	Nível do Risco: Tolerável				
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária						

INVENTÁRIO DE RISCOS FÍSICOS - PEDREIRO						
■ RUIDO					eSocial 02.01.001	
Exposição: Contínua/Permanente		Tolerância: 85,00 decibel (A) (dB(A))		Encontrado: 81 decibel (A) (dB(A))		
Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.						
Metodologia: Critério Quantitativo. DOSIMETRIA						
Descrição do Agente Nocivo: RUÍDO.						
Possíveis danos à saúde: A exposição ao ruído pode ocasionar efeitos à saúde como estresse, irritabilidade, hipertensão arterial e pode estar associado a outras situações de risco.						
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Moderada (3)		Nível do Risco: Moderado		
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária						

EPIS - PEDREIRO	Risco
UNIFORME DA EMPRESA (CA: ISENTOCATIPOUNIFORME)	(05.01.001) Queda da própria altura (05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
CALÇADO FECHADO\CALÇADO BAIXO - TIPO A (CA: 43860)	(05.01.001) Queda da própria altura
BOTA DE COURO PRETO (CA: 12160)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS (CA: 32143)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS

CARGO PINTOR

Abaixo estão listados todos os dados técnicos, bem como os ambientes e os riscos ocupacionais aos quais os empregados deste cargo estão expostos.

Ambientes:	OPERACIONAL (Ambiente Principal)
Atividades:	Pintam as superfícies externas e internas de edifícios e outras obras civis, raspando-as amassando-as e cobrindo-as com uma ou várias camadas de tinta; revestem tetos, paredes e outras partes de edificações com papel e materiais plásticos e, para tanto, entre outras atividades, preparam as superfícies a revestir, combinam materiais, etc.
IQCT:	<div><div></div></div> 85/100
Metodologia erg.:	Limite de Peso recomendado – Método NIOSH Método RULA (Rapid Upper Limb Assessment)
Recomendações:	Uso adequado de equipamentos de proteção individual.

✓ Enquadrado a 40% de insalubridade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

Observações e parecer técnico

Em conformidade com a NR-15 anexo 13 da Portaria 3214/78 . A atividade é considerada insalubre em GRAU MÉDIO para hidrocarbonetos aromáticos. (Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um a adicional sobre o vencimento do cargo efetivo a função é considerada insalubre em Grau Médio)

☐ Sem adicional de periculosidade

Observações e parecer técnico

O adicional de periculosidade é devido somente aos trabalhadores que se dedicam as atividades ou operações constantes nos Anexos da NR-16, bem como aqueles que operam na área de risco. As atividades desempenhadas na função laboral em análise não constam nos Anexos da NR-16, portanto as atividades não são consideradas perigosas.

☒ Enquadrado a aposentadoria especial

Observações e parecer técnico

Em conformidade com a NR-15 anexo 13 da Portaria 3214/78 . A atividade é considerada insalubre em GRAU MÉDIO para hidrocarbonetos aromáticos. (Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um a adicional sobre o vencimento do cargo efetivo a função é considerada insalubre em Grau Médio)

INVENTÁRIO DE RISCOS ACIDENTES / MECÂNICOS - PINTOR

☒ Queda da própria altura

eSocial 05.01.001

Exposição: Eventual/Ocasional

Perigos, fontes e circunstâncias: Possíveis contusões ou luxações causados por torção no pé (tornozelo) ou queda ao tropeçar por caminhar pelos setores da empresa.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Possíveis danos à saúde: Dores lombares/estresse/fadiga/cansaço.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

☒ CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS

eSocial 05.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Perigos, fontes e circunstâncias: RUÍDO. Trabalho com máquinas e equipamentos em funcionamento.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Medidas administrativas ou de organização do trabalho: CUMPRIR DETERMINAÇÕES DA NR 12 DA PORTARIA 3.214/78

Possíveis danos à saúde: PERDA DE MEMBROS , FRATURAS, CORTES ENTRE OUTROS

Probabilidade: Não informado

Severidade: Não informado

Nível do Risco: Não informado

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

INVENTÁRIO DE RISCOS ERGONÔMICOS - PINTOR

■ ERGONÔMICO

eSocial 05.01.001

Exposição: Habitual

Perigos, fontes e circunstâncias: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Metodologia: Critério Qualitativo.

Descrição do Agente Nocivo: ERGONOMICO

Possíveis danos à saúde: Posicionamento incorreto ao executar as atividades/longos períodos sobre os pés.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Severidade: Baixa (2)

Nível do Risco: Tolerável

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária

INVENTÁRIO DE RISCOS FÍSICOS - PINTOR

■ RUIDO

eSocial 02.01.001

Exposição: Contínua/Permanente

Tolerância: 85,00 decibel (A) (dB(A))

Encontrado: 89 decibel (A) (dB(A))

Perigos, fontes e circunstâncias: RUIDO. Máquinas e Equipamentos em funcionamento.

Metodologia: Critério Quantitativo. DOSIMETRIA

Descrição do Agente Nocivo: RUÍDO.

Possíveis danos à saúde: Estresse, Cansaço, Fadiga e Perda auditiva.

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado

Estimativa: Altamente Incerta (2)

Informação adicional necessária

Observações: Colaborador trabalha em pé em ambiente climatizado artificialmente e com luz artificial estando livre para fazer pausas sempre que julgar necessário.

Implica: Adicional de 20% de insalubridade.Aposentadoria Especial.

Questionário EPIS: EF: Sim MP: Sim PV: Sim CF: Sim UI: Sim PT: Sim HG: Sim

■ Vibração corpo inteiro

eSocial 02.01.003

Exposição: Eventual/Ocasional

Tolerância: 2,05 metro por segundo (m/s)

Encontrado: 2,8 metro por segundo (m/s)

Perigos, fontes e circunstâncias: MAQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Metodologia: Critério Quantitativo. aren

Descrição do Agente Nocivo: VIBRAÇÃO.

Possíveis danos à saúde: Vibração corpo inteiro

Probabilidade: Possível (3)

Severidade: Moderada (3)

Nível do Risco: Moderado

Estimativa: Incerta (1)

Informação adicional necessária



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

Implica: Adicional de 20% de insalubridade.Aposentadoria Especial.				

INVENTÁRIO DE RISCOS QUÍMICOS - PINTOR				
■ CHUMBO- FABRICAÇÃO DE ESMALTES, VERNIZES, CORES, PIGMENTOS, TINTAS.				eSocial 01.08.001
Exposição: Contínua/Permanente				
Perigos, fontes e circunstâncias: Risco severo de doenças graves por inalação, ingestão ou absorção.				
Metodologia: Critério Qualitativo.				
Possíveis danos à saúde: Podem acabar desenvolvendo doenças como anemias e cânceres. Entre os mais conhecidos está a leucemia.				
Probabilidade: Possível (3)		Severidade: Moderada (3)		Nível do Risco: Moderado
Estimativa: Incerta (1) Informação adicional necessária				
Observações: Obrigatório o uso contínuo de EPI's durante toda a atividade.				
Implica: Adicional de 40% de insalubridade.Aposentadoria Especial.				

EPIS - PINTOR	Risco
UNIFORME DA EMPRESA (CA: ISENTOCATIPOUNIFORME)	(05.01.001) Queda da própria altura (05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
CALÇADO FECHADO\CALÇADO BAIXO - TIPO A (CA: 43860)	(05.01.001) Queda da própria altura
BOTA DE COURO PRETO (CA: 12160)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
LUVA PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES MECÂNICOS (CA: 32143)	(05.01.001) CONTATO COM PARTES MOVEIS OU ROTATIVAS DE ESTRUTURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA (CA: 29176)	(02.01.001) RUÍDO

4 – GARANTIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O acompanhamento e desenvolvimento deste programa deverá ser de responsabilidade do preposto e ou coordenador da empresa, qual deverá implementar as ações e promover as condições e recursos necessários para a execução do planejamento anual, podendo este delegar e ou contratar terceiros para este fim.

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

É de suma importância uma avaliação prévia das atividades para que a execução seja feita de forma segura e que seja eliminada os riscos graves e eminentes de morte.

Toda e qualquer atividade em altura deve ser respeitado as ações que enibem os acidentes como linhas de vidas, EPI's adequados para a atividade, laudos de andaimes e sempre que possível executadas por uma PTA-PLATAFORMA MOVEL DE TRABALHO.

Faz-se necessário a elaboração de POP'S- PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADÃO para que haja um bom alinhamento entre os colaboradores e as empresas.

Procuramos em nossos trabalhos, optar pela imparcialidade, justificando os resultados e conclusões com a legislação vigente. Esperamos que este seja útil para a finalidade a que se destina, que as dúvidas sejam encaminhadas aos responsáveis pela elaboração, para os devidos esclarecimentos, e que possíveis sugestões sejam apresentadas para o seu aperfeiçoamento.

Ao final, o que esperamos é a satisfação do nosso cliente e que o trabalho seja simples e objetivo, ao alcance de qualquer intelecto, porém correto na linguagem, isento de textos sem significado prático e atendendo em sua plenitude ao propósito a que se destina, preservar a vida e a saúde do trabalhador.

Cabe salientar que, implantação e o gerenciamento do PGR – Programa de Gerenciamento de Risco é de responsabilidade da empresa. Recomendamos que sejam conferidos os dados constantes do presente documento, e não havendo discordância no prazo de 15 dias, contados a partir desta data, estaremos entendendo ter sido o mesmo conferido e aceito, ficando assim sob a Vossa responsabilidade a implantação deste programa.

1	PLANO DE AÇÃO 2025	Plano de Ação Prioridade 1: Risco Trivial
Ação: TREINAMENTO SOBRE O USO CORRETO DOS EPI's.		
Onde: ADMINISTRATIVO OPERACIONAL.		Por quê: CONHECIMENTOS DOS RISCOS E PREVENÇÕES
Como será feito: EXPLANAÇÃO E APRESENTAÇÃO POR SLIDE.		
Responsável:	SST CONSULTORIA/CONTRATANTE	
Data da Implantação:	06/2025	Custo Total:
<input type="checkbox"/> A Fazer	<input type="checkbox"/> Fazendo	<input type="checkbox"/> Adiado
<input type="checkbox"/> Concluído	Concluído em:	___/___/___

2	PLANO DE AÇÃO 2025	Plano de Ação Prioridade 1: Risco Trivial
Ação: APRESENTAÇÃO DO PGR/PCMSO		
Onde: ADMINISTRATIVO OPERACIONAL.		Por quê: CONHECIMENTOS DOS RISCOS E PREVENÇÕES
Como será feito: EXPLANAÇÃO E APRESENTAÇÃO POR SLIDE.		
Responsável:	SST CONSULTORIA/CONTRATANTE	
Data da Implantação:	07/2025	Custo Total:
<input type="checkbox"/> A Fazer	<input type="checkbox"/> Fazendo	<input type="checkbox"/> Adiado
<input type="checkbox"/> Concluído	Concluído em:	___/___/___

3	PLANO DE AÇÃO 2025	Plano de Ação Prioridade 1: Risco Trivial
Ação: Promover palestras técnicas sobre Prevenção de Acidentes e doenças relacionados ao trabalho		
Onde: ADMINISTRATIVO OPERACIONAL.		Por quê: CONHECIMENTOS DOS RISCOS E PREVENÇÕES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

Como será feito: EXPLANAÇÃO E APRESENTAÇÃO POR SLIDE.					
Responsável:		SST CONSULTORIA/CONTRATANTE			
Data da Implantação:		10/2025		Custo Total:	
<input type="checkbox"/> A Fazer	<input type="checkbox"/> Fazendo	<input type="checkbox"/> Adiado	<input type="checkbox"/> Concluído	Concluído em:	___/___/___



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

(Processo Administrativo nº 23130.002154/2024-31)

A TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/..., QUE FAZEM ENTRE SI A
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, E A
EMPRESA

A FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, com sede na Av. 17 de agosto, 2187, Casa Forte, na cidade de Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 09.773.169/0001-59, neste ato representada pela Sra. Aida Maria Monteiro Silva, Professora, Diretora de Planejamento e Administração, nomeada pela Portaria MEC nº 2.096/2023, de 24 de março de 2023, inscrito(a) no CPF nº XXX.XXX.084-87, portadora da Carteira de Identidade nº 665.433 SDS/PE, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 23130.002154/2024-31 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90003/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

11.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra para os serviços terceirizados de natureza continuada de manutenção predial, em regime de hora e piso salarial definidos por acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho de categoria, visando o atendimento às unidades administrativas da FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

11.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	POSTOS	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Assessor Técnico em Manutenção	7102-05	5380	Posto	01	12 meses	
2	Pedreiro	7152-10	5380	Posto	02	12 meses	
3	Ajudante de Manutenção	5143-10	5380	Posto	03	12 meses	
4	Técnico em Eletrotécnica	3131-10	5380	Posto	01	12 meses	
5	Eletricista	7156-15	5380	Posto	01	12 meses	
6	Pintor	7166-10	5380	Posto	02	12 meses	
7	Marceneiro	7711-05	5380	Posto	01	12 meses	
8	Encanador	7241-10	5380	Posto	01	12 meses	
9	Apoio Técnico Administrativo III	4110-10	5380	Posto	01	12 meses	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

1.3. Vinculam

esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação
- 1.1.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) ..., prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.*
- 2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*
 - 2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
 - 2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
 - 2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
 - 2.2.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*
 - 2.2.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*
 - 2.2.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*
- 2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*
- 2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*
- 2.7. *Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é **meramente estimativo**, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO **dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos**.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

- 7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias*;
- 8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais*;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.56. *Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;*
- 9.56.1. *As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.*
- 9.56.2. *Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de ...% com a nova contratação.*
- 9.56.3. *Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.*
- 9.56.4. *Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.*
- 9.56.5. *O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual.*
- 9.56.6. *O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.*
- 9.57. *Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.*

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

- 10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 11.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo I a este Contrato.*

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*
- 14.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece **vantagem**.*
- 14.2.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*
- 14.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - 14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 14.8.3. Das indenizações e multas.
- 14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:
 - 14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 - 14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.
- 14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:
 - 14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

CONTRATADO decorrentes do contrato.

- 14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. PT: 211477
- II. PI: V01RTN01DDN
- III. FONTE: 1000
- IV. ND: 3390.37
- V. UGR: 344002

- 16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

- 18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

(PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Recife/PE, Seção Judiciária de Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO II-A – TERMO DE CIÊNCIA E DE RESPONSABILIDADE DE CUMPRIMENTO A LGPD.

Pelo presente termo, declaro que fui devidamente orientado sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, sobre as formas de coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais a que tiver acesso, bem como respectivas responsabilidades, em especial sobre aqueles que constam nos artigos 7º a 10 e 42 a 45 da LGPD.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

Declaro conhecimento sobre as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e de que a responsabilidade de qualquer pessoa que intervenha em uma das fases abrangidas pelo fluxo dos dados pessoais subsiste mesmo após o término do tratamento.

Por fim, declaro ainda ciência sobre as condições do tratamento dos meus próprios dados pessoais.

Cidade, data (nome e assinatura)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

OBS: CATEGORIAS QUE RECEBERÃO INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

- Técnico em Eletrotécnica e Eletricista: 30% de Periculosidade
- Pintor: 40% de Insalubridade
- Marceneiro: 20% de Insalubridade

Nº do Processo: 23130.002154/2024-31

Licitação Nº: 90003/2026

Dia __/__/__ às __:__ horas

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

		n1	n2
		Nº Processo	
		Licitação Nº	
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		
B	Município/UF		
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		
D	Número de meses de execução contratual		
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
MÃO DE OBRA			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Valor (R\$)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6354 | CNPJ: 06.778.100/0001-50

www.fundaj.gov.br | cpl@

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	0,00
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	0,00
B	Adicional de Periculosidade	0,00
C	Adicional de Insalubridade	0,00
D	Adicional Noturno	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F		
G		
TOTAL		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1		0,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3678-8888 | E-mail: (81) 3678-8854 | CNPJ: 06.778.188/0001-50

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	0,00
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	0,00
TOTAL			0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1			0,00
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	0,00
		MÓDULO 2.1	0,00
		TOTAL	0,00
SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	0,00
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	0,00
C	SAT (+ FAP de 0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	0,00%	0,00
D	SESI / SESC	1,50%	0,00
E	SENAI / SENAC	1,00%	0,00
F	SEBRAE	0,60%	0,00
G	INCRA	0,20%	0,00
H	FGTS	8,00%	0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2		33,80%	0,00
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3678-8888 | Fax: (81) 3678-8854 | E-mail: lic@educacao.gov.br

2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação (número de dias úteis)		0,00
C	Assistência Médica e Familiar		0,00
D	Assistência Odontológica		0,00
E	Seguro de Vida/Assistência Funeral		0,00
F	Outros		
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.3			0,00
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		0,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		0,00
2.3	Benefícios Mensais e Diários		0,00
TOTAL DO MÓDULO 2			0,00
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 3 = MÓDULO 1		MÓDU LO 1	0,00
		MÓDU LO 2	0,00
		TOTAL	0,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3678-8888 | Fax: (81) 3678-8854 | CNPJ 16.937.908/0001-50

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,000%	0,00
C	Multa do FGTS e sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,000%	0,00
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	0,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	0,00
TOTAL DO MÓDULO 3			0,00
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	0,00
		MÓDULO 2	0,00
		MÓDULO 3	0,00
		TOTAL	0,00
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
SUBMÓDULO 4.1 - SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,000%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,000%	0,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,000%	0,00
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,000%	0,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,000%	0,00
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,000%	
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.1			0,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Diretoria de Planejamento e Administração
Coordenação de Licitação

SUBMÓDULO 4.2 - SUBSTITUTO NA INTRAJORNADA OU INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO			
4.2	SUBSTITUTO NA INTRAJORNADA OU INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.2			0,00
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS		0,00
4.2	SUBSTITUTO NA INTRAJORNADA OU INTERVALO INTRAJORNADA INDENIZADO		
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			0,00
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		0,00
B	Materiais		0,00
C	Equipamentos		0,00
D	Outros (especificar) (EPIs)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 5			0,00
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	0,00
		MÓDULO 2	0,00
		MÓDULO 3	0,00
		MÓDULO 4	0,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3673-6000 | Fax: (81) 3673-6054 | CNPJ: 06.778.166/0001-50

			MÓDULO 5	0,00
			TOTAL	0,00
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,000%		0,00
B	Lucro (MT + M6.A)	0,000%		0,00
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO		0,00
C	Tributos	0,000	1,0000	0,0000
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)	0,000%		0,00
	C1. B (COFINS)	0,000%		0,00
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISS 2% a 5%)	0,000%		0,00
	SOMA DOS TRIBUTOS		0,000%	0,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				0,00
MÓDULO 6: TOTAL				0,00
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração			0,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			0,00
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			0,00
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			0,00
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			0,00
Subtotal (A + B + C + D + E)				0,00
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro			0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO (CUSTO MENSAL)				0,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ANEXO IV

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub-Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro; CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública; CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu Artigo 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista; CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, Artigo 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados"; CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (Art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada; CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo Art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331); CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (Art. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal); CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do Art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas; CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de: "8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo **23130.002154/2024-31**, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao

tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

4. – Serviços de limpeza;
4. – Serviços de conservação;
4. – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
4. – Serviços de recepção;
4. – Serviços de copeiragem;
4. – Serviços de reprografia;
4. – Serviços de telefonia;
4. – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
4. – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
4. – Serviços de auxiliar de escritório;
4. – Serviços de auxiliar administrativo;

4. – Serviços de Office boy (contínuo);
4. – Serviços de digitação;
4. – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
4. – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
4. – Serviços de ascensorista;
4. – Serviços de enfermagem; e
4. – Serviços de agentes comunitários de saúde.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Departamento de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Parágrafo Primeiro – Os serviços de mão-de-obra não são terceirizados sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de- obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado

conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima – Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava – A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos Artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe /PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIO LUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União—1ª Região do Estado da União



Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da

Justiça do Trabalho –ANAMATJBA – Diretoria de Planejamento e Administração

PAULO SÉRGIO DOMINGUES – Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil –

AJUFEREGINA BUTRUS

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

Presidente da Associação Nacional dos

Procuradores do Trabalho – ANPNOME

Defensor Público-Geral da União. Empresa

TESTEMUNHAS:

1º _____ CPF:

2º _____ CPF:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ANEXO V

MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO

DIRETO

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

_____(identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____(nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** a FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretariade Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. **90003/2026**:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, semprejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa **(indicar o nome da empresa)** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

_____, _____ de _____ de 20....

(assinatura do representante legal do licitante)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ANEXO VI

MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº _____ / _____

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO _____ (ÓRGÃO / ENTIDADE) E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA XXXX, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio do _____, (informar o órgão) estabelecido(a) _____,

(endereço completo), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ____/____-__, por meio da Coordenação _____, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº _____, de ____/____/____, (data) publicada no D.O.U. de ____/____/____, (data) neste ato, representado(a) pelo(a) _____ (cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____, de ____/____/____ (data), publicada no D.O.U. de ____/____/____ (data), doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO, e, de outro lado, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, _____, estabelecido(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominado(a) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, representado(a) pelo seu _____ (cargo), Senhor(a) _____,

portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

- 1) **CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho.
- 2) **Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO.
- 3) **Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO.

Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação - cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

- 4) **Usuário(s)** - servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
- 5) **Partícipes** - referência ao órgão da Administração Pública Federal e à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, dos critérios para abertura de **contas-depósitos** específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO**, bem como viabilizar o acesso da **ADMINISTRAÇÃO** aos saldos e extratos das contas abertas.

- A) Para cada **Contrato** será aberta uma **Conta-Depósito Vinculada** — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços do Contrato.
- B) A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO**, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação.
- C) A movimentação dos recursos na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da **ADMINISTRAÇÃO**.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

2. A **ADMINISTRAÇÃO** firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
3. A **ADMINISTRAÇÃO** envia à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a **ADMINISTRAÇÃO** e a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, para abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação - em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, solicitando a abertura de Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
4. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe arquivo transmitido pela **ADMINISTRAÇÃO** e abre Conta- Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** no território nacional ou a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe Ofício da **ADMINISTRAÇÃO** e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
5. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** envia à **ADMINISTRAÇÃO** arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da Conta- Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à **ADMINISTRAÇÃO**, contendo o número da conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
6. A **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** recebe o ofício da **ADMINISTRAÇÃO** e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.
7. A **ADMINISTRAÇÃO** credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela **ADMINISTRAÇÃO** na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela **ADMINISTRAÇÃO** e pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
8. A **ADMINISTRAÇÃO** solicita à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** a movimentação dos recursos, na forma



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

do Apêndice IV do presente Instrumento.

9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na Conta- Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração via meio eletrônico.
10. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da Conta- Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.
11. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:
 - 10.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO às contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
 - 10.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die; e
 - 10.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste Instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À ADMINISTRAÇÃO compete:

2. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo;
3. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
4. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas- depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação;
5. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico;
6. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas - bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Apêndice VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO possa ter acesso aos saldos e aos extratos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, bem como solicitar movimentações financeiras;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação;
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados;
12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento devido da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações;
13. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações;
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento; e
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

CLÁUSULA QUINTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

2. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO;
3. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
4. Informar à ADMINISTRAÇÃO quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício;
5. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas — bloqueadas para movimentação;
6. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas-bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços;
7. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

Instrumento; e

8. Informar à ADMINISTRAÇÃO os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA DA VIGÊNCIA

*** Observar a Orientação Normativa/AGU nº 44, de 26 de fevereiro de 2014.**

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de .

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

(Local e data)

Assinatura do representante da ADMINISTRAÇÃO Assinatura do

representante da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APÊNDICE I Ofício nº

_____/_____- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

_____, ____ de _____ de

2025_. A Sua Senhoria o(a) Senhor(a) (nome)

(cargo/Gerente)

(Endereço com

CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº / , firmado com essa instituição, para solicitar que excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação

- , em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº / , firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**:

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo Ordenador _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APÊNDICE II

DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

(LOGOTIPO)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor (a) _____,

Em atenção ao seu Ofício _____, informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____, deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato de abertura de Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº ____ de ____ de ____ de ____, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº ____/____.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/-_ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

Gerente

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Endereço



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APÊNDICE III

DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

INSTITUIÇÃO

FINANCEIRA

(LOGOTIPO)

Ofício nº _____/_____

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor (a),

Informamos abaixo os dados para abertura de Conta -Depósito Vinculada – **bloqueada para movimentação** à empresa _____, CNPJ _____, na Agência _____, da Instituição Financeira _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da IN nº ____ de ____ de ____ de ____, da Secretaria de Gestão do Ministério do | Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº _____/_____, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** com o **Prestador de Serviços** __ (Nome da Empresa), CNPJ _____.

Agência: _____

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: _____

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº __/__, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

Atenciosamente,

Gerente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APÊNDICE IV

DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ofício nº ____/____

_____, ____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente (nome do

gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito **DEBITAR**, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ _____ da conta nº _____ da agência nº _____ de titularidade de, _____ (nome do proponente)

Inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº __/__, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e **CREDITAR** na seguinte Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação:

Instituição Financeira	Agência	Conta	Nome	CPF/CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do

Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** /ou servidor previamente designado pelo Ordenador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APÊNDICE V

DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

INSTITUIÇÃO

FINANCEIRA

(LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº _____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,

(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/20__-, de ____/____/20__, informo a efetivação de **DEBITO** na conta- depósito vinculada – bloqueada para movimentação – de nº ____, da agência nº _____, da Instituição Financeira, e **CRÉDITO** na seguinte Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação:

CREDITAR				
Instituição Financeira	Agência	Conta	Nome	CPF/CNPJ

Atenciosamente,

(nome do Gerente)

Nº da Agência da Instituição Financeira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APÊNDICE VI

DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ da Instituição Financeira _____

(endereço da agência)

Senhor(a) Gerente

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação nº __ - bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº __/__, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APÊNDICE VII

DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ofício nº _____/20____ - _____, _____ de _____ de 20____

Ao (A) Senhor(a) Gerente (nome do
gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor (a) Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor
previamente designado pelo
ordenador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APÊNDICE VIII

DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ofício nº _____/20____ - _____
Local, _____ de _____ de 20____

Ao (A) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor (a) Sócio-Proprietário,

2. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº __/__, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
3. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no ato convocatório de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta-depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação.
4. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no
CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual
nº _____, estabelecida em _____, tem
os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa contrato	Vigência do Contrato	Valor total do
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor Total dos Contratos

R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado. COMPROVAÇÃO DA

SUBCONDIÇÃO 8.5.4.3– SEÇÃO DA HABILITAÇÃO

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS

“D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26/05/2017.

6) A Declaração de Compromisso Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pelo licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante

Fórmula de cálculo: Valor do

Patrimônio

Líquido x 12 > 1 Valor total dos
contratos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREPOSTO

A Fundação Joaquim Nabuco, Ref:

PROCESSO Nº: 23130.002154/2024-31 PREGÃO

ELETRÔNICO Nº 90003/2026 CONTRATO Nº

XXX/2025

Objeto: Contratação de serviços de Secretariado Executivo, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Prezados Senhores,

Por meio da presente, nomeio na qualidade de **PREPOSTO**, o(a) senhor(a) (____), brasileiro(a), **estado civil, profissão**, domiciliado na cidade de (____), endereço (____) nº (____) – (bairro), portador da Carteira de Identidade, RG nº (____) e do CPF nº (____), E-mail (____), Telefone (____). para fins de representara empresa (____), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº (____), estabelecida na cidade de (CIDADE/UF), (Rua (____) nº (____) – (BAIRRO), no contrato nº (____) celebrado junto a Fundação Joaquim Nabuco.

Local _____, em _____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal do licitante)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ANEXO IX

CONTA-DEPÓSITO VINCULADA — BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

4. As provisões realizadas pela Administração contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este Anexo, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas pela Administração em Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.

4. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

12. 13º (décimo terceiro) salário;

13. férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;

14. multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;

e

15. encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

4. A movimentação da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade contratante e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações previstas no item 2 acima.

4. O órgão ou entidade contratante deverá firmar Termo de Cooperação Técnica, conforme modelo do Anexo XII-A deste Anexo, com Instituição Financeira, cuja minuta constituir-se-á anexo do ato convocatório, o qual determinará os termos para a abertura da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

4.34. O Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Contrato Administrativo, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira, nos termos deste Anexo.

4. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão ou entidade contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

4.34. Solicitação do órgão ou entidade contratante, mediante ofício, de abertura da Conta-Depósito



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto nos itens 1, 2 e 3 deste Anexo;

4.34. assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, de termo de autorização que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização do órgão contratante, conforme o Anexo XII-A deste Anexo.

4. O saldo da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no respectivo Termo de Cooperação Técnica.

4.34. Eventual alteração da forma de correção da poupança implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 2 acima, retidos por meio da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

4. Os editais deverão conter expressamente as regras previstas neste Anexo e documento de autorização para a criação da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, que deverá ser assinado pela contratada, nos termos dos subitens 1.2 a 1.6 do Anexo VII-B desta Instrução Normativa.

4. Os órgãos ou entidades da Administração Pública poderão negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação.

4. Os editais deverão informar aos proponentes que, em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

4.34. Os recursos atinentes à cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta- Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação poderão ser previstos na proposta da licitante.

4.34. Os editais deverão informar o valor total/global ou estimado das tarifas bancárias de modo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

que tal parcela possa constar da planilha de custos e formação de preços apresentada pelos proponentes.

4. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no item 2 deste Anexo ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

4.34. Para a liberação dos recursos em Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

4.34. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o órgão ou entidade contratante expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

4.34. A autorização de que trata o subitem 11.2 acima deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

4. A Administração poderá utilizar como referência para fins de provisão dos encargos sociais e trabalhistas o modelo de planilha disponível no Portal de Compras do Governo Federal (Compras Governamentais), devendo adaptá-lo às especificidades dos serviços a ser contratados.

4. Os valores provisionados para atendimento do item 2 deste Anexo serão discriminados conforme tabela a seguir:

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS PERCENTUAIS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO

ITEM	PERCENTUAIS		
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 Constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00 % (cinco por cento)		
Subtotal	25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)	33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

4. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistase previdenciários relativos ao serviço contratado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Diretoria de Planejamento e Administração
APENDICE I **Plano de Análise de Custos dos Uniformes**
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6100 | 3073-6300 | 3073-7773. 169/0001-59
www.fundaj.gov.br | cpj@fundaj.gov.br

Planilha de Análise de Custos dos Uniformes (Conforme modelo na planilha de uniformes)



Profissionais	ESPECIFICAÇÕES	QUANT. DE PROFISSIONAIS POR POSTO	QUANT . SEMESTRAL (por Funcionário)	UNID . DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
Assessor Técnico em Manutenção	Camisa Uniforme do Tipo Polo - masculina/feminina	01	02	UND	R\$ 77,40	R\$ 309,60
	Calça Jeans Masculino/Feminina		02	UND	R\$ 139,90	R\$ 559,60
	Bota de Segurança com CA ativo		01	UND	R\$ 76,89	R\$ 153,78
TOTAL						R\$ 1.022,98
VALOR MENSAL						R\$ 85,25

Pedreiro	Conjunto Uniforme Profissional I	02	02	UND	R\$ 95,80	R\$ 766,40
	Camiseta Básica Tradicional		02	UND	R\$ 59,90	R\$ 479,20
	Bota de Segurança com CA ativo		01	UND	R\$ 76,89	R\$ 307,56
TOTAL						R\$ 1.553,16
VALOR MENSAL						R\$ 129,43

Ajudante de Manutenção	Conjunto Uniforme Profissional I	03	02	UND	R\$ 95,80	R\$ 1.149,60
	Camiseta Básica Tradicional		02	UND	R\$ 59,90	R\$ 718,80
	Bota de Segurança com CA ativo		01	UND	R\$ 76,89	R\$ 461,34
TOTAL						R\$ 2.329,74
VALOR MENSAL						R\$ 194,15

Técnico em eletrotécnica	Camisa Uniforme do Tipo Polo - masculina/feminina	01	02	UND	R\$ 77,40	R\$ 309,60
	Camiseta Básica Tradicional		02	UND	R\$ 44,90	R\$ 179,60
	Calça Jeans Masculino/Feminina		02	UND	R\$ 13 9,90	R\$ 559,60
	Conjunto Eletricista Cinza NR10 Risco II		01	UND	R\$ 35 9,00	R\$ 718,00
	Botina Eletricista Microfibra Bico Pvc Marluvas 70b19		02	UND	R\$ 13 9,90	R\$ 559,60
	Coturno de Segurança HOF Thor Fujiwara Antiperfurante, Bico Composite e Dielétrico CA 30535		01	UND	R\$ 75 9,97	R\$ 759,97
TOTAL						R\$ 3.086,37
VALOR MENSAL						R\$ 257,19



					20	
<div><p>MINISTERIO DA EDUCAÇÃO</p><p>FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO</p><p>Camiseta Básica Tradicional</p><p>Coordenação de Licitação</p><p>Av. 17 de Agosto, 215 - Peto Ossato - Recife-PE</p><p>Fone: (81) 3073-6330 Fax: (81) 3073-6351 CNPJ 09.773.169/0001-59</p><p>www.fundaj.gov.br cp@fundaj.gov.br</p></div> <div><p>Eletricista</p></div>	<div><p>MINISTERIO DA EDUCAÇÃO</p><p>FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO</p><p>Camiseta Básica Tradicional</p><p>Coordenação de Licitação</p><p>Av. 17 de Agosto, 215 - Peto Ossato - Recife-PE</p><p>Fone: (81) 3073-6330 Fax: (81) 3073-6351 CNPJ 09.773.169/0001-59</p><p>www.fundaj.gov.br cp@fundaj.gov.br</p></div> <div><p>Eletricista</p></div>		02	UND	R\$ 95,80	R\$ 383,20
	02	UND	R\$ 44,90	R\$ 179,60		
	01	UND	R\$ 35,00	R\$ 718,00		
	01	UND	R\$ 14,36	R\$ 287,32		
	01	UND	759,97	R\$ 759,97		
	TOTAL					R\$ 2.328,09
VALOR MENSAL					R\$ 194,01	

Pintor	Conjunto Uniforme Profissional I	02	02	UND	R\$ 90,80	R\$ 726,40
	Camiseta Básica Tradicional		02	UND	R\$ 44,90	R\$ 359,20
	Bota de Segurança com CA ativo		01	UND	R\$ 76,89	R\$ 307,56
TOTAL						R\$ 1.393,16
VALOR MENSAL						R\$ 116,10

Marceneiro	Conjunto Uniforme Profissional II	01	02	UND	R\$ 90,80	R\$ 363,20
	Camiseta Básica Tradicional		02	UND	R\$ 44,90	R\$ 179,60
	Bota de Segurança com CA ativo		01	UND	R\$ 76,89	R\$ 153,78
TOTAL						R\$ 696,58
VALOR MENSAL						R\$ 58,05

Encanador	Conjunto Uniforme Profissional II	01	02	UND	R\$ 90,80	R\$ 363,20
	Camiseta Básica Tradicional		02	UND	R\$ 44,90	R\$ 179,60
	Bota de Segurança com CA ativo		01	UND	R\$ 76,89	R\$ 153,78
TOTAL						R\$ 696,58
VALOR MENSAL						R\$ 58,05

Apoio Técnico Administrativo III -	Camisa Uniforme do Tipo Polo - masculina/feminina	01	02	UND	R\$ 77,40	R\$ 309,60
	Calça Jeans Masculino/Feminina		02	UND	R\$ 139,90	R\$ 559,60
	Bota de Segurança com CA ativo		01	UND	R\$ 76,89	R\$ 153,78
						R\$ 1.022,98
VALOR MENSAL						R\$ 85,25

Todos os Uniformes devem seguir as planilhas de modelos correspondentes.



Todos os Uniformes e EPI's devem seguir as planilhas de modelos correspondentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Diretoria de Planejamento e Administração
Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

UNIFORMES

Profissionais	Modelo de Referência	Especificações
Assessor Técnico em Manutenção, Apoio Técnico Administrativo III, Assistente Técnico de Manutenção, Analista Ambiental e Téc. em Eletrotécnica	 <div>Modelo para versão Masculina</div>	<p>Camisa Polo Masculina com bolso</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cor: Cinza Escuro - Material: Piquet Algodão 100%; - Possui bolso na parte frontal lado esquerdo; - Fechamento por botão; - Logomarca da empresa bordada no bolso; - Manga curta; - Malha de algodão de qualidade, com tecnologia anti-pelling (anti bolinhas) - O tecido não pode encolher, não pode desbotar e nem deformar após sucessivas lavagens. <p>Camisa Polo Feminina sem bolso</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cor: Cinza Escuro - Material: Piquet Algodão 100%; - Fechamento por botão; - Logomarca da empresa bordada no lado esquerdo; - Manga curta; - Malha de algodão de qualidade, com tecnologia anti-pelling (anti bolinhas) - O tecido não pode encolher, não pode desbotar e nem deformar após sucessivas lavagens; - Levemente acinturada.
Apoio Técnico Administrativo Feminino e Analista Ambiental		<p>Calça Jeans Feminina</p> <p>Tecido: Jeans encorpado com costura reforçada;</p> <p>Características:</p> <p>Confortável, jeans de alta qualidade, toque macio</p> <p>Cor: Azul Marinho</p> <p>Tipo: Perna flare / alargada</p> <p>Modelo do jeans: Boot cut</p> <p>Linha da cintura: Cintura Alta</p> <p>Comprimento: Longo</p> <p>Caimento da peça: Solto</p> <p>Tecido: Elasticidade alta</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Diretoria de Planejamento e Administração
Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

Composição: 79% Algodão, 19% Poliéster, 2% Elastano
Composição do forro do bolso: 100% Algodão
Instruções de manutenção:
Lavagem de máquina ou lavagem profissional a seco
2 bolsos frontais e 2 traseiros funcionais
Tecido de alta durabilidade, que não desbotar, não encolher e nem deformar com o tempo.

Profissional Gestante



Camisa Tipo bata Gestante
Material: Algodão piquet;
Ajuste por cordão;
Logomarca da empresa bordada no lado esquerdo na mesma;
Manga curta;
Malha de algodão de qualidade, com tecnologia anti-pelling (anti bolinhas)
Cor: Cinza Escuro (mesma tonalidade de cor que a camisa polo)
O tecido não pode encolher, não pode amassar, não pode desbotar e nem deformar após sucessivas lavagens.

<p>Profissional Gestante</p>	<div data-bbox="730 67 849 129" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="491 302 574 347" data-label="Text"> <p>Av. Fone: (81</p> </div> <div data-bbox="571 129 901 878" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="901 197 989 280" data-label="Text"> <p>AÇÃO JCO stração</p> </div> <div data-bbox="901 302 1093 369" data-label="Text"> <p>-540 Recife J 09.773.169/0001-59 ov.br</p> </div>	<p>Calça Jeans Feminina Gestante Tecido: Jeans; Características: Confortável, jeans de alta qualidade, toque macio Cor: Azul Marinho Modelagem: Pantalona reta, cintura com elástico e com cordão ajustável; Linha da cintura: Cintura Alta Comprimento: Longo Caimento da peça: Solto Composição: 100% Algodão. Instruções de manutenção: Lavagem de máquina ou lavagem profissional a seco; 2 bolsos frontais e 2 traseiros funcionais; Tecido de alta durabilidade, que não desbotar, não encolher e nem deformar com o tempo.</p>
-------------------------------------	--	--

<p>Encarregado de Manutenção, Apoio Tec. administrativo III, Assistente Técnico de Manutenção, Técnico em Segurança do Trabalho</p>	<div data-bbox="515 1005 986 1559" data-label="Image"> </div>	<p>Calça Jeans Masculina A calça deverá ser produzida com tecido jeans de gramatura entre: 12 Oz (340g) e 14 Oz (397g) referentes ao tecido pesado. Cor: Azul marinho; Modelagem: No corpo; Não soltar tinta, não encolher após sucessivas lavagens 2 Bolsos frontais e 2 bolsos traseiros funcionais; com profundidade suficiente para carteira e celular; Costuras duplas(reforçadas); Acabamento de alta qualidade; 5 passantes;</p>
--	---	---



<p>Apoio Técnico Administrativo III Feminino</p>		<p>Calçado Feminino</p> <p>O calçado deverá ser confeccionado em material sintético de alta resistência, proporcionando durabilidade e facilidade de limpeza.</p> <p>O solado é em borracha antiderrapante, com tecnologia para garantir maior aderência ao piso, prevenindo escorregamentos em superfícies secas ou molhadas.</p> <p>A palmilha anatômica é feita de material espumado de alta densidade, oferecendo suporte adequado ao arco do pé e conforto durante o uso prolongado.</p> <p>O fechamento é com cadarço reforçado, permitindo ajuste personalizado.</p> <p>O forro interno é respirável, auxiliando na ventilação e controle da umidade, garantindo conforto e evitando o acúmulo de suor.</p> <p>O design deverá ser simples e robusto, com costuras reforçadas, adequados para ambientes de trabalho que exigem padrão e funcionalidade, possuir alta durabilidade, mesmo em condições adversas de uso, com resistência ao desgaste e impacto.</p>
<p>Analista Ambiental</p>		<p>Bota Segurança EPI CA ativo</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Laranja e língua acolchoados; - Material do calçado: Produto em couro sintético; - Palmilha em gel anatômica extra conforto; - Fechamento em cadarço com ganchos reforçados; - Forro anti bacteriano previne Formação de mofo; - Forração em tecido de rápida absorção e liberação de suor que permite a respirabilidade mantendo a temperatura normal dos pés; - Solado costurado "branqueado" em Borracha de excelente qualidade, que possibilita amortecimento com absorção de impactos na entressola e no calcanhar; - Cadarço: Tecido; - Biqueira: PVC Rígido - Numeração: Condizentes com os profissionais

<p>Analista Ambiental - Feminino</p>		<p>nisa manga longa Proteção UV 01-59</p> <p>especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cor: Cinza Chumbo; Elaborada em microfibra de poliamida de última geração; Alta performance, conforto e proteção solar; Alta proteção contra os raios solares UVA e B; Pode ser lavado e secado à máquina; tecido não pode encolher, não pode botar e nem deformar após sucessivas lavagens;
<p>Assessor Técnico em Manutenção, Apoio Técnico Administrativo, Assistente Técnico de Manutenção, Eletricista, Ajudante de Manutenção, Pintor, Encanador, Marceneiro e Técnico em Segurança do Trabalho</p>		<p>Meias Algodão Grossa kit 2 Pares - Masculina</p> <p>Características:</p> <p>Material: 100% algodão</p> <p>Numeração: Condizentes com os profissionais</p> <p>Cor: Preta</p>

<p>Apoio Adm. II e Analista Ambiental</p>	<div data-bbox="491 324 539 347">Fone</div>  <div data-bbox="901 201 989 280"> AÇÃO UCO istribuição </div> <div data-bbox="901 302 1093 369"> 1-540 Recife-PE 09.773.169/0001-59 gov.br </div>	<p>Meias Algodão Grossa kit 2 Pares - Feminina</p> <p>Características: Material: 100% algodão Numeração: Condizentes com os profissionais Cor: Preta</p>
<p>Técnico em Eletrotécnica e Eletricista</p>		<p>Conjunto Eletricista Cinza NR10 Risco II</p> <p>Proteção: Contra arco-elétrico e fogo repentino. Tecido: Unifort Pro FR (tecido retardante a chamas, conforme norma NR10). Cor da faixa refletiva: Laranja/Prata. ATPV (Valor de Proteção de Arco Elétrico): 11,0 cal/cm². HAF (Índice de Segurança contra Queimaduras): 80%. Risco: Nível 2.</p> <p>Normas de conformidade: ASTM F 1930:2013, ASTM 2621/2012, ASTM F 1959/F 1959M-12, ASTM F 1506-10a, ASTM D6413 / D6413M - 13.</p>
<p>Pedreiro, Ajudante de Manutenção, Marceneiro, Eletricistas Pintor e Encanador</p>	 	<p>Conjunto Uniforme Profissional</p> <p>Informações do produto: Gramatura mínima: 250 GR/M² Camisa manga curta; confeccionada em brim pesado; Tecido 100% algodão; Modelo gola italiana;</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Diretoria de Planejamento e Administração
Coordenação de Licitação
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

Possui um bolso na altura do peito lado esquerdo.
Logomarca da empresa bordada no bolso
Cintura em Elástico;
Com cordão para Amarração ;
Com 4 bolsos, sendo 2 dianteiros e 2 traseiros todos funcionais.

Tecnico em Eletrotécnico e Eletricista



Bota de Segurança Bracol Microfibra e Bico de Composite Acolchoada NR10 Eletricista

ótima para uso ocupacional com fechamento em elástico em Microfibra muito mais leve que os modelos em couro
Bico de Composite
Planete de Choque Elétricos
lado Bidensidade
Proovado Para Uso Eletricista até 500V
Atende a Nova Norma ABNT NBR 16603-2017

Assessor Técnico em Manutenção, Apoio Técnico Administrativo III Masculino, Pedreiro, Assistente Técnico de Manutenção, Ajudante de Manutenção, Marceneiro, Encanador, Pintor e Encanador



Bota de Segurança com CA

Informações:
Material em couro;
Forro: Macio e respirável;
Fechamento em elástico;
Biqueira de polipropileno;
Solado isolante em PU bidensidade, injetado diretamente no cabedal;
Palmilha em PU de 8mm;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APENDICE II - EPI's

ASSISTENTE TÉC.

Planilha de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Item	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Altura - Cinto de Segurança Paraquedista Equipado com 5 pontos de ancoragem, Acolchoamento Abdominal - CA48798 - Suporta até 140kg. Compatível com diversos acessórios de segurança, como dispositivos trava-quedas, talabartes e aparelhos de subida e descida controlada por cordas.	02	UND		
2	Altura - Talabarte duplo em " Y" , com mosquetão, marca a critério de acordo com as normas técnicas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
3	Altura - Trava Quedas, com mosquetão, Corda 12mm Absorvedor E Extensor 78 Cm	02	UND		
4	Bota de proteção de borracha Cano médio	02	UND		
5	Bota de proteção de borracha Cano alto	02	UND		
6	Capacete de Segurança com alça	03	UND		
7	Luva nitrílica para proteção química.	02	PAR		
8	Luva de vaqueta cano curto com reforço - dorso em raspa	02	PAR		
9	Luva de vaqueta cano longo com reforço - dorso em raspa	02	PAR		
10	Máscara de proteção descartável - Cx com 100 und	01	CAIXA		
11	Óculos de segurança incolor, com protetor lateral, hastes tipo espátula com elastico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
12	Óculos de sobrepor incolor de polipropileno, com elástico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação.	02	UND		
13	Protetor Auricular 3M Pomp Plus de Silicone - Cordão de Poliéster. Marca : 3 M	04	UND		
14	Abafador Concha Pomp Muffler - Marca: 3M	01	UND		
15	Protetor Facial Articulado 8" Com CA Ativo	02	UND		



Planilha de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Item	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	AV. 17 de Agosto, 2187 Casa Forte 52061-540 Recife-PE Fone: (81) 3073-6230 Fax: (81) 3073-6351 CNPJ 09.773.169/0001-59 Altura - Cinto de Segurança Paraquedista Equipado com Pontos de Anelagem, Acolchoamento Abdominal - CA48798 - Suporta até 140kg. Compatível com diversos acessórios de segurança, como dispositivos trava-quedas, talabartes e aparelhos de subida e descida controlada por cordas.	02	UND		
2	Altura - Talabarte duplo em " Y" , com mosquetão, marca a critério de acordo com as normas técnicas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
3	Altura - Trava Quedas, com mosquetão, Corda 12mm Absorvedor E Extensor 78 Cm	02	UND		
4	Bota de proteção de borracha Cano médio	02	UND		
5	Bota de proteção de borracha Cano alto	02	UND		
6	Capacete de Segurança com alça	03	UND		
7	Luva nitrílica para proteção química.	02	PAR		
8	Luva de vaqueta cano curto com reforço - dorso em raspa	04	PAR		
9	Luva de vaqueta cano longo com reforço - dorso em raspa	04	PAR		
10	Máscara de proteção descartável - Cx com 100 und	02	CAIXA		
11	Óculos de segurança incolor, com protetor lateral, hastes tipo espátula com elastico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
12	Óculos de sobrepor incolor de polipropileno, com elástico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação.	02	UND		
13	Protetor Auricular 3M Pomp Plus de Silicone - Cordão de Poliéster. Marca : 3 M	04	UND		
14	Abafador Concha Pomp Muffler - Marca: 3M	02	UND		
15	Protetor Facial Articulado 8" Com CA Ativo	02	UND		

--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 - Casa Forte - 53061-540 - Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ: 09.773.169/0001-59

ADJUNTO DA MANUTENÇÃO

Planilha de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Item	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Altura - Cinto de Segurança Paraquedista Equipado com 5 pontos de ancoragem, Acolchoamento Abdominal - CA48798 - Suporta até 140kg. Compatível com diversos acessórios de segurança, como dispositivos trava-quedas, talabartes e aparelhos de subida e descida controlada por cordas.	02	UND		
2	Altura - Talabarte duplo em " Y" , com mosquetão, marca a critério de acordo com as normas técnicas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
3	Altura - Trava Quedas, com mosquetão, Corda 12mm Absorvedor E Extensor 78 Cm	02	UND		
4	Bota de proteção de borracha Cano médio	02	UND		
5	Bota de proteção de borracha Cano alto	02	UND		
6	Capacete de Segurança com alça	03	UND		
7	Luva nitrílica para proteção química.	02	PAR		
8	Luva de vaqueta cano curto com reforço - dorso em raspa	02	PAR		
9	Luva de vaqueta cano longo com reforço - dorso em raspa	02	PAR		
10	Máscara de proteção descartável - Cx com 100 und	02	CAIXA		
11	Óculos de segurança incolor, com protetor lateral, hastes tipo espátula com elastico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
12	Óculos de sobrepor incolor de polipropileno, com elástico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação.	02	UND		
13	Protetor Auricular 3M Pomp Plus de Silicone - Cordão de Poliéster. Marca : 3 M	04	UND		
14	Abafador Concha Pomp Muffler - Marca: 3M	02	UND		
15	Protetor Facial Articulado 8" Com CA Ativo	02	UND		

--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 - Casa Forte - 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ: 09.773.169/0001-59

TEC. ELETROTÉCNICA

Planilha de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Item	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Altura - Cinto de Segurança Paraquedista Equipado com 5 pontos de ancoragem, Acolchoamento Abdominal - CA48798 - Suporta até 140kg. Compatível com diversos acessórios de segurança, como dispositivos trava-quedas, talabartes e aparelhos de subida e descida controlada por cordas.	02	UND		
2	Altura - Talabarte duplo em " Y" , com mosquetão, marca a critério de acordo com as normas técnicas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
3	Altura - Trava Quedas, com mosquetão, Corda 12mm Absorvedor E Extensor 78 Cm	02	UND		
4	Capacete de Segurança com alça	03	UND		
5	Capacete para Arco Elétrico - Proteção Integral da Cabeça	01	UND		
6	Luva Isolante Alta Tensao Classe 00 =2,5kv 500v	02	UND		
7	Luva de baixa tensão de trabalho 500V a 2500V com luva de cobertura.	02	UND		
8	Luva nitrílica para proteção química.	04	PAR		
9	Luva de vaqueta cano curto com reforço - dorso em raspa	03	PAR		
10	Luva de vaqueta cano longo com reforço - dorso em raspa	03	PAR		
11	Máscara de proteção descartável - Cx com 100 und	02	CAIXA		
12	Óculos de segurança incolor, com protetor lateral, hastes tipo espátula com elastico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
13	Óculos de sobrepor incolor de polipropileno, com elástico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação.	02	UND		
14	Protetor Auricular 3M Pomp Plus de Silicone - Cordão de Poliéster. Marca : 3 M	04	UND		
15	Abafador Concha Pomp Muffler - Marca: 3M	02	UND		

--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Planilha de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Item	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Altura - Cinto de Segurança Paraquedista Equipado com 5 pontos de ancoragem, Acolchoamento Abdominal - CA48798 - Suporta até 140kg. Compatível com diversos acessórios de segurança, como dispositivos trava-quedas, talabartes e aparelhos de subida e descida controlada por cordas.	02	UND		
2	Altura - Talabarte duplo em " Y" , com mosquetão, marca a critério de acordo com as normas técnicas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
3	Altura - Trava Quedas, com mosquetão, Corda 12mm Absorvedor E Extensor 78 Cm	02	UND		
4	Capacete de Segurança com alça	03	UND		
5	Capacete para Arco Elétrico - Proteção Integral da Cabeça	01	UND		
6	Luva Isolante Alta Tensao Classe 00 =2,5kv 500v	02	UND		
7	Luva de baixa tensão de trabalho 500V a 2500V com luva de cobertura.	02	UND		
8	Luva nitrílica para proteção química.	04	PAR		
9	Luva de vaqueta cano curto com reforço - dorso em raspa	03	PAR		
10	Luva de vaqueta cano longo com reforço - dorso em raspa	03	PAR		
11	Máscara de proteção descartável - Cx com 100 und	02	CAIXA		
12	Óculos de segurança incolor, com protetor lateral, hastes tipo espátula com elastico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
13	Óculos de sobrepor incolor de polipropileno, com elástico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação.	02	UND		
14	Protetor Auricular 3M Pomp Plus de Silicone - Cordão de Poliéster. Marca : 3 M	04	UND		
15	Abafador Concha Pomp Muffler - Marca: 3M	02	UND		

--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Diretoria de Planejamento e Administração
Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Planilha de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Item	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Altura - Cinto de Segurança Paraquedista Equipado com 5 pontos de ancoragem, Acolchoamento Abdominal - CA48798 - Suporta até 140kg. Compatível com diversos acessórios de segurança, como dispositivos trava-quedas, talabartes e aparelhos de subida e descida controlada por cordas.	02	UND		
2	Altura - Talabarte duplo em " Y" , com mosquetão, marca a critério de acordo com as normas técnicas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
3	Altura - Trava Quedas, com mosquetão, Corda 12mm Absorvedor E Extensor 78 Cm	02	UND		
4	Capacete de Segurança com alça	03	UND		
5	Máscara de proteção descartável - Cx com 100 und	02	CAIXA		
6	Máscara de Respiração Descartável com Válvula de Pintura PFF2. Cx com 100 und	01	CAIXA		
7	Óculos de segurança incolor, com protetor lateral, hastes tipo espátula com elastico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
8	Óculos de sobrepor incolor de polipropileno, com elástico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação.	02	UND		
9	Protetor Auricular 3M Pomp Plus de Silicone - Cordão de Poliéster. Marca : 3 M	04	UND		
10	Abafador Concha Pomp Muffler - Marca: 3M	02	UND		

--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

MARCEIRO

Planilha de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Item	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Capacete de Segurança com alça	02	UND		
2	Máscara de proteção descartável - Cx com 100 und	02	CAIXA		
3	Máscara de Respiração Descartável com Válvula de Pintura PFF2. Cx com 100 und	01	CAIXA		
4	Óculos de segurança incolor, com protetor lateral, hastes tipo espátula com elastico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
5	Óculos de sobrepor incolor de polipropileno, com elástico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação.	02	UND		
6	Protetor Auricular 3M Pomp Plus de Silicone - Cordão de Poliéster. Marca : 3 M	04	UND		
7	Abafador Concha Pomp Muffler - Marca: 3M	02	UND		
8	Protetor Facial Articulado 8" Com CA Ativo	02	UND		

--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ENCANADOR

Planilha de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Item	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Bota de proteção de borracha Cano médio	02	UND		
2	Bota de proteção de borracha Cano alto	02	UND		
3	Capacete de Segurança com alça	02	UND		
4	Luva nitrílica para proteção química.	02	PAR		
5	Máscara de proteção descartável - Cx com 100 und	01	CAIXA		
6	Óculos de segurança incolor, com protetor lateral, hastes tipo espátula com elastico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
7	Óculos de sobrepor incolor de polipropileno, com elástico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação.	02	UND		
8	Protetor Auricular 3M Pomp Plus de Silicone - Cordão de Poliéster. Marca : 3 M	04	UND		
9	Abafador Concha Pomp Muffler - Marca: 3M	02	UND		
10	Protetor Facial Articulado 8" Com CA Ativo	02	UND		

--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APOIO TÉC. ADMINISTRATIVO

Planilha de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

Item	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Capacete de Segurança com alça	01	UND		
2	Óculos de segurança incolor, com protetor lateral, hastes tipo espátula com elastico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação	02	UND		
3	Óculos de sobrepor incolor de polipropileno, com elástico, com certificado de aprovação pelas normas regulamentadoras e certificado de aprovação.	01	UND		
4	Protetor Auricular 3M Pomp Plus de Silicone - Cordão de Poliéster. Marca : 3 M	04	UND		
5	Abafador Concha Pomp Muffler - Marca: 3M	01	UND		

--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APENDICE III - PLANILHA DE FERRAMENTAS

PLANILHA DE FERRAMENTAS					
ITEM	Descrição	Quant.	Unid. de Medida	Valor Unitário de Aquisição	Valor Total de Aquisição
1	Alavanca de ferro torcido 1,50 m	02	UND		
2	Alicate bico curto meia-cana vanadio 6". Marca de ref.: Tramontina	04	UND		
3	Alicate de corte diagonal 6". Marca de ref.: Tramontina	04	UND		
4	Alicate universal 8" c/ cabo isolado. Marca de ref.: Tramontina	04	UND		
5	Alicate Amperímetro ET-3200. Marca de ref.: Minipa	04	UND		
6	Alicate de bico chato e longo 61/4 pol. Marca de ref.: Tramontina	02	UND		
7	Alicate de Pressão Grip 10 Pol. Marca de ref.: Tramontina	02	UND		
8	Alicate bomba d'água / bico de papagaio 10" pol. - Marcas para ref. Starrett, Vonder, Irwin ou Similar	02	UND		
9	Alicate universal. Marca de ref.: Tramontina	02	UND		
10	Arco de Serra tubular 12".	06	UND		
11	Balde plástico extra reforçado de 12L	10	UND		
12	Balde metálico de 10L para concreto	10	UND		
13	Bloco de espuma para pedreiro	60	UND		
14	Broxa	24	UND		
15	Cabo de aço 3/8" flexível (desentupidor de canos)	02	UND		
16	Cabo guia 20m com alma de aço	04	UND		
17	Cabo extensor para pintura 3 m	08	UND		
18	Cavadeira Articulada Cabo de madeira 110cm .	04	UND		
19	Corda 12mm Poliamida Trançada Nr18 Tipo Bombeiro com 200M	02	METRO		
20	Colher de pedreiro (média) nº 8	10	UND		
21	Colher de pedreiro (grande) nº10	10	UND		
22	Cortador de vidro	02	UND		
23	Chave allen hexagonal até 100mm	04	JOGO		
24	Chaves combinada 12 peças	04	JOGO		
25	Chaves hexagonal 1/16" a 5/16" (04 de unid de cada chave)	04	JOGO		
26	Chaves Philips isoladas, 1/8 x 3" - 3/16 x 4" - 1/4 x 5" - 5/16x6" - 3/8 x8"	04	UND		
27	Chave teste neon 3 x 140mm	06	UND		
28	Chave tipo fenda isoladas, 1/8 x 3" - 3/16 x4" - 1/4 x 5" - 5/16 x 6" - 3/8 x 8"	04	UND		
29	Chave soquetes sextavados com encaixe de 1/2 pol. e maleta com 22 peças	01	JOGO		
30	Chave Torx com cabo, T10 a T50, com 9 peças	04	JOGO		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

31	Chave Philips grande	04	JOGO		
32	Chave de fenda grande	04	JOGO		
33	Chaves allen hexagonal 1/16" a 5/16	04	JOGO		
34	Chaves combinada 12 peças DE 6 A 22 mm	04	UND		
35	Chave grifo 8" marca de ref.: RIDGID,	02	UND		
36	Chave grifo 10" marca para ref.: RIDGID	02	UND		
37	Chave grifo 12 " marca para ref.: RIDGID	02	UND		
38	Chave grifo 14" marca para ref.: RIDGID	02	UND		
39	Chave grifo 16" marca para ref.: RIDGID	02	UND		
40	Chave válvula de descarga original.	02	UND		
41	Desempenadeira de inox com espessura de 0,60 mm medindo 360 x 120	06	UND		
42	Desempenadeira de madeira 30 x 18	06	UND		
43	Desempenadeira de madeira 27 x 17	06	UND		
44	Desempenadeira de madeira 22 x 10	06	UND		
45	Desempenadeira de madeira 06 x 30	06	UND		
46	Desempenadeira dentada	06	UND		
47	Desempenadeira estriada 30 x 18	06	UND		
48	Desempenadeira de aço lisa	06	UND		
49	Desentupidor manual para pia	02	UND		
50	Desentupidor de cano esgoto vaso sanitário tipo bomba	02	UND		
51	Escova de aço carbono manual, 6 fileiras	20	UND		
52	Escova de aço carbono manual, 6 fileiras.	20	UND		
53	Esmeril de diamante para amolar serra de videira	04	UND		
54	Espátula 10"	10	UND		
55	Espátula de inox com cabo de madeira medindo 245 x 60 mm	20	UND		
56	Espátula de inox com cabo de madeira medindo 260 x80 mm	20	UND		
57	Espátula de inox com cabo de madeira medindo 265 x 120 mm	20	UND		
58	Esquadro de alumínio 30cm	06	UND		
59	Esquadro 10" alumínio	02	UND		
60	Estilete grande profissional	04	UND		
61	Estopa de limpeza	50	UND		
62	Enxada com cabo	06	UND		
63	Enxadeco com cabo	06	UND		
64	Formão chanfrado de 1.1/2" com cabo em PVC	02	UND		
65	Formão chanfrado de 1/4" com cabo em PVC	02	UND		
66	Lanterna Holofote DP 1706 super 19 LED's Bivolt recarregável,	03	UND		
67	Lima chata bastarda, 20 mm 8", com cabo	04	UND		
68	Lima Triangular Bastarda, 15 mm 6", cabo de madeira	04	UND		
69	Lixa para massa corrida grão 80	200	UND		
70	Lixa para massa corrida grão 120	200	UND		
71	Lixa para massa corrida grão 150	200	UND		
72	Lixadeira angular Bosch 7" GWS22U 2200W-220V	03	UND		
73	Lixadeira orbital com coletor de pó.	03	UND		
74	Maleta p/ ferramenta sanfonada com 7 gavetas de ferro galvanizado - (grande)	06	UND		
75	Maleta para ferramenta em plástico rígido preta - medindo 50 x 220 x320 (grande),	02	UND		
76	Mangueira de nível 3/8"	04	UND		
77	Martelo de borracha	04	UND		
78	Martelo de unha 25mm	06	UND		
79	Marreta 1 Kg	06	UND		
80	Marreta de 2 Kg	04	UND		

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 16 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

81	Marreta de 3Kg	02	UND		
82	Marreta oitavada com cabo de madeira de 5Kg	02	UND		
83	Martelo cabeça de ferro fundido de unha	04	UND		
84	Martelo de unha 25 mm	04	UND		
85	Marreta oitavada com cabo de madeira de 0,5Kg	02	UND		
86	Marreta oitavada com cabo de madeira de 1Kg	02	UND		
87	Mosquetão de segurança oval trava dupla	10	UND		
88	Nível manual em alumínio com 45 cm	03	UND		
89	Nível manual em alumínio com 60 cm	03	UND		
90	Pá com cabo	10	UND		
91	Peneira Reta Malha 3 Aro de Madeira 50x60cm	06	UND		
92	Pé-de-cabra	02	UND		
93	Pedra para amolar e afiar	04	UND		
94	Picareta com cabo	04	UND		
95	Picareta Chibanca com cabo em madeira 90 cm	04	UND		
96	Pistola de aplicação de silicone em metal para tubo 300g/305m	06	UND		
97	Ponteiro de 8".	02	UND		
98	Ponteiro de 12"	02	UND		
99	Plaina manual nº 4 com ferro 2".	04	UND		
100	Prumo (grande) 500g	04	UND		
101	Rebite 4,0 x 14,0	100	CX		
102	Rebolo diamantado 4a2 Afiar de videa Concentração 25	04	UND		
103	Rebitador Manual Rosca M3-M10	02	UND		
104	Régua de alumínio de 2,00M	06	UND		
105	Régua de alumínio de 1,00M	04	UND		
106	Riscador de fórmica .	04	UND		
107	Riscador de cerâmica Cortag 90 CM	04	UND		
108	Riscador de cerâmica Cortag 50 CM	04	UND		
109	Rolo de linha de Nylon 100M	06	UND		
110	Rolo de lã microfibrã 23 cm com cabo	20	UND		
111	Rolo de lã de carneiro alta 23 cm com cabo	20	UND		
112	Rolo de lã de carneiro alta 15 cm com cabo	20	UND		
113	Rolo de lã de carneiro alta 9 cm com cabo	20	UND		
114	Rolo de espuma 15 cm com cabo	20	UND		
115	Rolo de espuma 9 cm com cabo	20	UND		
116	Serrote de 20"	04	UND		
117	Talhadeira 2"	04	UND		
118	Talhadeira 25mm	06	UND		
119	Tesoura para corte de chapa	04	UND		
120	Trena metálica 5 metros emborrachada com trava	06	UND		
121	Trena de fita de 30 M.	02	UND		
122	Trincha de 1/2"	20	UND		
123	Trincha 3/4"	15	UND		
124	Trincha de 1" (1 polegada)	15	UND		
125	Trincha 2" (2 polegadas)	15	UND		
126	Trincha 3" (3 polegadas)	15	UND		
127	Trincha 4" (4 polegadas)	15	UND		
128	Serrote de 20".	04	UND		
129	Talhadeira de 10"	02	UND		
130	Talhadeira de 8"	02	UND		

131	Tarraxa para cano de PVC rosca 1/2 pol	02	UND		
132	Tarraxa para cano de PVC rosca 1 pol	02	UND		
133	Tarraxa para cano de PVC rosca 3/4 pol.	02	UND		
134	Tarraxa para cano de PVC rosca 1.1/4 pol	04	UND		
135	Tarraxa para cano de PVC rosca 1.1/2 pol.	04	UND		
136	Tarraxa para cano de PVC rosca 2 pol.	04	UND		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59
www.fundaj.br | www.fundaj.gov.br

OBS.1: Deverão ser fornecidas quatro unidades de chaves para cada unidade dos itens 26 e 28.

OBS. 2: As ferramentas fornecidas deverão ser, todas, de linha profissional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APENDICE IV - PLANILHA DE EQUIPAMENTOS

PLANILHA DE EQUIPAMENTOS					
ITEM	Descrição	Quant.	Unid. de Medida	Valor Unitário de Aquisição	Valor Total de Aquisição
1	Andaime tubular 1,50 x 1,50m	20	UND		
2	Andaime - Piso metálico de 1,50 x 1,50m	30	UND		
3	Andaime - Rodízio com trava para elemento de 1,50 x 1,50m	08	UND		
4	Andaime - Sapata niveladora ajustável para elemento de 1,50 x 1,50m	12	UND		
5	Andaime - Trava de Segurança Diagonal para elemento de 1,50 x 1,50m	10	UND		
6	Andaime - Escada marinho para elemento de 1,50 x 1,50m	08	UND		
7	Aspirador de água e pó. Marcas de ref.: Tramontina ou WAP	02	UND		
8	Capacimetro	04	UND		
9	Detector de tensão portátil com indicação visual 90V a 1000V	03	UND		
10	Escada em fibra tesoura de 05 degraus não - condutora de eletricidade	04	UND		
11	Escada De Fibra De Vidro 7degraus Extensível e Tesoura 3,74m - não condutora de eletricidade	05	UND		
12	Escada Extensiva Fibra Vazada 4,80 / 8,40 - 27 Degraus - não condutora de eletricidade	02	UND		
13	Esmerilhadeira Industrial Bosch GWS - 850W - 220V	02	UND		
14	Fasímetro Minipa	03	UND		
15	Furadeira de Impacto GSB 16 RE 750W 220V, 1/2 Pol, em maleta	03	UND		
16	Grampeador Pinador Profissional	02	UND		
17	Lavadora de alta pressão, corrente nominal 9A, potência nominal 2100W, 220V, IPX 5.	02	UND		
18	Martelo rompedor Gsh 500 1100w 7,5j 220v	02	UND		
19	Marlete perfurador rompedor Bosch GBH 2-24 D 820W 2,7 J EPTA 220V em maleta,	02	UND		
20	Maçarico Turbotorch Surya SRA-030 com acendimento automático pro-set mapp/pro	02	UND		
21	Maçarico com bocal queimador lança chamas completo desenvolvido para colagem de mantas asfálticas. Possui cabo com gatilho, duas válvulas reguladoras de chama piloto e mangueira para conexão a gás GLP e todos os periféricos para montagem.	01	UND		
22	Maçarico- Botijão 13kg - Gás: GLP - VAZIO	01	UND		
23	Maçarico- Botijão 13kg - Gás: GLP - Carga de 13kg	10	UND		
24	Parafusadeira Industrial Gsr 7-14 e em maleta	04	UND		
25	Platina GHO 26-82 D 220V, azul, Bosch 06015A43E0-000	01	UND		
26	Serra mármore Bosch a seco GDC 150 TITAN 1500W - 220V	03	UND		
27	Serra Tico-Tico Boscho GST 650 450 W 220V com lâmina.	03	UND		

28	Soprador térmico.	03	UND		
----	-------------------	----	-----	--	--



OBS. 1: Os equipamentos fornecidos deverão ser, todas, de linha profissional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
 Diretoria de Planejamento e Administração
 Coordenação de Licitação
 Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
 Fone: (81) 3073-6230 | Fax: (81) 3073-6351 | CNPJ 09.773.169/0001-59
 www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

APENDICE V- PLANILHA DE ACESSÓRIOS

PLANILHA DE ACESSÓRIOS					
ITEM	Descrição	Quant.	Unid. de Medida	Valor Unitário de Aquisição	Valor Total de Aquisição
1	Disco serra mármore diamantado FPE, 115mm	10	UND		
2	Disco de serra com dentes de vídea acoplável em máquina de serra mármore	10	UND		
3	Disco de lixa tipo flap 115mm para lixadeiras, Grao 80	10	UND		
4	Disco para serra de bancada com 60 dentes de vídea	06	UND		
5	Disco de corte para metal 4. 1/2 pol. 1mm, 13300 rpm. STANDARD 2608619383, praesmerilhadeira,	10	UND		
6	Escova circular aço carbono tipo copo 60 mm ondulada rosca M14	04	UND		
7	Escova circular aço carbono tipo copo 100 mm torcida rosca M14	04	UND		
8	Disco de corte para metal 4. 1/2 pol. 1mm, 13300 rpm. STANDARD 2608619383, praesmerilhadeira,	10	UND		
9	Filtro para máscara de respirador.	10	UND		
10	Grampo para grampeador pinador (Caixa com 1.000 unid)	04	CAIXA		
11	Lâmina de serra para máquina tico-tico	20	UND		
12	Lâmina para arco de serra	20	UND		
13	Lâmina para estilete (grande) profissional	20	UND		
14	Lâmina para plaina elétrica manual vídea	10	UND		
15	Lâmina para plaina manual	10	UND		
16	Luva tricotada de algodão 4 fios, pigmentada.	50	UND		
17	Máscara de Respiração Descartável com Válvula de Pintura PFF2.	30	UND		
18	Touca árabe	10	UND		

OBS. 1: Os acessórios fornecidos deverão ser, todas, de linha profissional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE Gusmão
Diretoria de Planejamento e Administração

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE
(81) 3373-3333 | F. (81) 3373-3354 | Cx.P. 122-773-100/6004-50

MODELO DA PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	CATSER	POSTOS	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Assessor Técnico em Manutenção	7102-05	5380	Posto	01	12 MESES	
2	Pedreiro	7152-10	5380	Posto	02	12 MESES	
3	Ajudante de Manutenção	5143-10	5380	Posto	03	12 MESES	
4	Técnico em Eletrotécnica	3131-10	5380	Posto	01	12 MESES	
5	Eletricista	7156-15	5380	Posto	01	12 MESES	
6	Pintor	7166-10	5380	Posto	02	12 MESES	
7	Marceneiro	7711-05	5380	Posto	01	12 MESES	
8	Encanador	7241-10	5380	Posto	01	12 MESES	
9	Apoio Técnico Administrativo III	4110-10	5380	Posto	01	12 MESES	

- VALIDADE DA PROPOSTA: (.....) dias corridos, a partir da data da abertura desta licitação.(Não inferior a 60 dias);
- Declaro que formulei nos custos da proposta: 1) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 2) seguros; 3) os encargos sociais, fiscais e comerciais, previdenciários e trabalhistas incidentes; e 4) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;
- Declaro a não incidência de reajuste sobre os preços ofertados;
- Declaro completa identificação, quantificação e qualificação da proposta, de acordo com objeto deste Pregão;
- Dados do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação: NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO:

CPF:

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR:

6. Dados Bancários da Empresa:

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

(Local), de.....de 2026

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, assinatura)